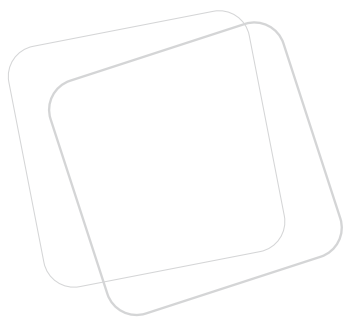




SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	59
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	61
Noções Gerais	61
Vigência da Lei.....	61
Obrigatoriedade das Leis	63
Eficácia da Lei no Tempo (período de vida da lei – extensão).....	63
Fontes de Direito, Interpretação e Integração das Normas	64
Eficácia da Lei no Espaço (questão territorial) – Regras sobre Direito Internacional Privado.....	66
Competência e Jurisdição	68
Casamento: Regras sobre direito espacial.....	69
Relações Jurídicas cujo objeto seja imóvel e móvel	71
Obrigações.....	71
Sucessão	71
Prova	71
O Direito Público e as Inovações.....	72
1. PARTE GERAL	79
1.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO.....	80
1.1.1. Introdução	80
1.1.2. Diferença básica entre cláusula geral e conceito jurídico indeterminado	81
1.1.3. Como compreender o Direito Civil contemporâneo?.....	82
1.1.4. O Direito Civil e a transição do Estado Liberal para o Estado Social democrático de direito	83
1.2. Liberalismo e Direito Civil	85
1.3. Estado Social (e democrático de direito) e o Direito Civil	89
1.4. Princípios constitucionais e sua relevância para o Direito Civil	90

1.4.1.	E o Direito Civil nesse panorama? Direito Civil Constitucional.....	93
1.4.2.	Características do Direito Civil Contemporâneo (Pós-Positivismo)	94
1.4.3.	Princípios constitucionais a serem observados nas relações jurídicas entre particulares	97
1.4.4.	Diferença entre regras e princípios.....	99
1.4.5.	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	104
1.4.6.	Solidariedade Social e Igualdade Substancial.....	107
1.4.7.	Paradigmas do Direito Civil contemporâneo.....	109
1.4.8.	Direito Civil e os Tratados e Convenções Internacionais (Controle de convencionalidade)	110
1.4.9.	O Direito Civil e o Estado de Coisas Inconstitucionais	111
1.5.	Teoria Geral da Personalidade Civil da Pessoa Humana	111
1.5.1.	Noções gerais sobre a personalidade da pessoa humana	111
1.5.2.	Evolução da ideia de pessoa e personalidade.....	114
1.5.3.	Personalidade jurídica e capacidade	116
1.5.4.	Aquisição e início da personalidade jurídica da pessoa humana.....	119
1.5.5.	Nascituro e embrião – Personalidade jurídica.....	127
1.5.5.1.	ADIn 3.510/DF – Pesquisas de células-tronco embrionárias.....	129
1.6.	Teoria Geral da Capacidade jurídica da pessoa Humana: Capacidade de Direito e capacidade de fato.....	131
1.6.1.	Noções gerais sobre capacidade de direito.....	131
1.6.2.	Capacidade de fato – Noções gerais.....	133
1.6.2.1.	Teoria da Incapacidade no CC e as pessoas com deficiência (Lei 13.146/2015)	135
1.6.2.2.	Convenção de Nova Iorque e as Pessoas com Deficiência – Repercussão na legislação brasileira e impacto na teoria da incapacidade e Reflexões sobre a lei das pessoas com deficiência	138
1.6.2.3.	Pessoa com Deficiência e Proteção	139
1.6.3.	Capacidade de fato e sua nova concepção. Crítica ao Código Civil. Incapacidade formal e material sob a perspectiva do Código Civil	141
1.6.3.1.	Incapacidade material.....	141
1.6.3.2.	Incapacidade formal – Arts. 3.º e 4.º do CC.....	143
1.6.3.3.	Incapacidade formal absoluta.....	144
1.6.3.4.	Incapacidade formal relativa	151
1.6.4.	Proteção dos incapazes – Disposições específicas do Código Civil.....	157
1.6.4.1.	Benefício de restituição	159
1.6.5.	Incapacidade e legitimação. Diferenças	161
1.6.6.	Cessação da incapacidade e emancipação.....	162
1.7.	Término da Personalidade Civil e Registro da Pessoa Natural.....	169

1.7.1.	Noções preliminares sobre o término da personalidade civil.....	169
1.7.1.1.	Morte real.....	170
1.7.1.2.	Morte presumida sem decretação de ausência	171
1.7.2.	Comoriência.....	173
1.7.3.	Registro público e pessoa natural. Questões sobre estado	173
1.8.	Término da Personalidade Civil e Ausência.....	175
1.8.1.	Considerações preliminares sobre o instituto da ausência	175
1.8.2.	Conceito de ausência.....	175
1.8.3.	Fases da ausência – Procedimento	177
1.8.3.1.	Curadoria dos bens do ausente – 1. ^a fase	178
1.8.3.1.1.	Procedimento da primeira fase.....	178
1.8.3.1.1.1.	Requisitos para a declaração de ausência	178
1.8.3.1.1.2.	Curador	178
1.8.3.1.1.3.	Providências na fase de curadoria ..	180
1.8.3.1.1.4.	Cessação da fase de curadoria	180
1.8.3.2.	Fase da sucessão provisória – 2. ^a fase.....	181
1.8.3.3.	Fase da sucessão definitiva – 3. ^a fase.....	189
1.8.4.	Hipótese especial de sucessão definitiva	192
1.8.5.	Efeitos extrapatrimoniais da sucessão definitiva.....	193
1.9.	Teoria dos Direitos da Personalidade da Pessoa Humana	195
1.9.1.	Considerações preliminares	195
1.9.2.	Evolução dos direitos da personalidade – Origem histórica	197
1.9.3.	Conceito dos direitos da personalidade	200
1.9.4.	Objeto dos direitos da personalidade	202
1.9.5.	Fontes dos direitos de personalidade.....	203
1.9.6.	Características dos direitos da personalidade	205
1.9.6.1.	Indisponíveis e irrenunciáveis	206
1.9.6.2.	Absolutos	208
1.9.6.3.	Extrapatrimoniais.....	209
1.9.6.4.	Imprescrit�veis	209
1.9.6.5.	Inatos	211
1.9.6.6.	Vital�cios e impenhoráveis	211
1.9.6.7.	Ampla tutela	211
1.9.7.	Direitos da personalidade, eficácia horizontal e liberdades públicas.....	215
1.9.8.	Direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos	218
1.9.9.	Classificação dos direitos da personalidade.....	218
1.9.9.1.	Classificação – Direito � vida e integridade física	219

1.9.9.1.1.	A questão dos transplantes	220
1.9.9.1.2.	A questão do transexual	221
1.9.9.1.3.	Cirurgias estéticas	223
1.9.9.1.4.	Esterilização	223
1.9.9.1.5.	<i>Wannabes</i> e experiência científica com pessoas humanas	224
1.9.9.1.5.1.	Gestação em Substituição	224
1.9.9.1.6.	Integridade física e disposição de parte do corpo morto	224
1.9.9.1.7.	Intervenções cirúrgicas e princípio do consentimento informado	226
1.9.9.2.	Classificação dos direitos da personalidade – Direito ao nome... ..	228
1.9.9.2.1.	Alteração do prenome	229
1.9.9.2.2.	Alteração do sobrenome	232
1.9.9.2.3.	Tutela especial do nome	234
1.9.9.3.	Classificação dos direitos da personalidade – Integridade moral – Imagem e honra	236
1.9.9.4.	Classificação dos direitos da personalidade – Direito à intimidade e vida privada	242
1.10.	Pessoa Jurídica – Teoria Geral	252
1.10.1.	Noção Geral – Teoria Geral e Princípios	252
1.10.2.	Origem. Evolução da pessoa jurídica como conceito e sujeito de direito	258
1.10.3.	Existência e natureza da pessoa jurídica. Teorias	260
1.10.3.1.	Teoria da ficção legal	261
1.10.3.2.	Teoria da realidade objetiva ou orgânica	262
1.10.3.3.	Teoria da realidade técnica	262
1.10.3.4.	Teoria institucional	263
1.10.4.	Conceito de pessoa jurídica	264
1.10.5.	Requisitos ou pressupostos para a existência da pessoa jurídica. Aquisição da personalidade jurídica	265
1.10.6.	Personalidade e efeitos	268
1.10.6.1.	Responsabilidade civil da pessoa jurídica. No âmbito contratual e extracontratual	270
1.10.6.1.1.	Teoria <i>ultra vires</i> e teoria da aparência. Análise do art. 47 do CC em confronto com essas teorias ...	272
1.10.6.1.2.	Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público	275
1.10.6.1.3.	Responsabilidade penal das pessoas jurídicas	280
1.10.7.	Pessoa jurídica. Direitos que decorrem da personalidade	282
1.10.8.	Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no Código Civil	286
1.10.8.1.	Terminologia e conceito	287

1.10.8.2.	Evolução da teoria <i>disregard doctrine</i>	288
1.10.8.3.	Teoria maior e teoria menor da desconsideração	290
1.10.8.4.	Desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil – Art. 50.....	293
1.10.8.5.	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica e a questão da responsabilidade direta dos administradores. Análise crítica.....	299
1.10.8.6.	O incidente da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica	301
1.10.9.	Modificação e extinção da pessoa jurídica	304
1.10.10.	Classificação das pessoas jurídicas	305
1.10.10.1.	Pessoas jurídicas de direito público externo e interno	305
1.10.10.1.1.	Autarquias, associações públicas e outras entidades de caráter público, criadas por lei	306
1.10.10.2.	Pessoas jurídicas de direito privado	309
1.10.10.2.1.	Associações	310
1.10.10.2.2.	Fundação privada	318
1.10.10.2.3.	Sociedades empresárias e simples	324
1.10.10.2.4.	Empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli	326
1.10.10.2.5.	Organizações religiosas	327
1.10.10.2.6.	Partidos políticos.....	328
1.10.10.3.	Entes despersonalizados	329
1.11.	Do Domicílio.....	330
1.11.1.	Considerações preliminares. Conceito de domicílio	330
1.11.1.1.	Elementos do domicílio, segundo a definição legal.....	331
1.11.1.2.	Domicílio da pessoa natural. Pluralidade	332
1.11.1.3.	Domicílio desvinculado da residência.....	333
1.11.2.	Mudança ou alteração do domicílio.....	333
1.11.3.	Domicílio necessário e legal.....	334
1.11.4.	Domicílio das pessoas jurídicas	335
1.11.5.	Domicílio de eleição.....	336
1.12.	Teoria dos Bens Jurídicos – Objeto de Direitos	338
1.12.1.	Sistematização dos bens no Código Civil.....	338
1.12.1.1.	Compreensão da Teoria dos Bens Jurídicos – Qual a justificativa de uma classificação?	339
1.12.2.	Análise dos termos: Bem jurídico e coisa	342
1.12.3.	Definição de Bem Jurídico. Conceito	343
1.12.4.	Estrutura do objeto da relação jurídica	344

1.12.5.	Disciplina dos bens corpóreos e incorpóreos.....	345
1.12.6.	A questão do patrimônio	347
1.12.7.	Classificação dos bens no Código Civil – Bens em si considerados; Bens reciprocamente considerados e bens públicos e privados.....	352
1.12.7.1.	Os bens em si considerados.....	353
1.12.7.1.1.	Bens imóveis e bens móveis.....	353
1.12.7.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis.....	360
1.12.7.1.3.	Bens consumíveis.....	364
1.12.7.1.4.	Bens divisíveis e Bens indivisíveis.....	364
1.12.7.1.5.	Bens singulares e coletivos.....	366
1.12.7.1.6.	Bens fora de comércio.....	368
1.12.7.2.	Os bens reciprocamente considerados.....	369
1.12.7.2.1.	Análise dos bens principais e acessórios. Características.....	369
1.12.7.2.2.	Pertenças. Conceito. Natureza e regime jurídico.....	376
1.12.8.	Bens públicos e bens privados.....	385
1.12.9.	Bem de família.....	389
1.13.	Teoria Geral do Fato Jurídico	389
1.13.1.	Noções preliminares	389
1.13.1.1.	Teoria do Fato Jurídico e os Planos da Existência, Validade e Eficácia	392
1.13.2.	Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo	393
1.13.2.1.	Fato Jurídico em sentido estrito	394
1.13.2.2.	Ato-fato jurídico	395
1.13.2.3.	Ações humanas – Lícitas (ato jurídico em sentido amplo) e ilícitas.....	398
1.13.2.3.1.	Ato jurídico em sentido estrito.....	399
1.13.2.3.2.	Teoria do negócio jurídico – Considerações preliminares	401
1.13.2.3.3.	Interpretação do negócio jurídico e o silêncio.....	418
1.14.	Teoria da Representação	437
1.14.1.	Noções preliminares	437
1.14.2.	Conceito de representação	437
1.14.3.	Representação própria e representação imprópria (interesses e interposição).....	438
1.14.4.	Representação aparente e a questão do poder na representação	441
1.14.5.	Espécies de representação – Legal e convencional.....	443
1.14.6.	Representação convencional e teoria da separação.....	447
1.14.7.	Representação e contrato consigo mesmo	449
1.14.8.	Conflito de interesses entre representante e representado	451

1.15. Elementos Acidentais do Negócio Jurídico (Condição; Termo; e Cargo)	452
1.15.1. Considerações preliminares	452
1.15.2. Condição – Artigos 121 a 130.....	453
1.15.2.1. Condição e licitude – Condições ilícitas e proibidas	455
1.15.2.2. Condição e possibilidade	457
1.15.2.3. Condição – Modo de atuação – Suspensiva e resolutiva.....	458
1.15.3. Termo.....	463
1.15.4. Encargo – Arts. 136 e 137	465
1.16. Teoria dos Defeitos do Negócio Jurídico.....	467
1.16.1. Introdução	467
1.16.2. Erro ou ignorância – Arts. 138 a 144 do CC.....	468
1.16.2.1. Erro de direito.....	473
1.16.2.2. Erro-vício e erro-obstáculo	474
1.16.2.3. Erro e vício redibitório	475
1.16.2.4. Erro e motivo – O problema do falso motivo.....	475
1.16.2.5. Transmissão errônea da vontade	476
1.16.2.6. Erro não prejudicial à validade do negócio	477
1.16.3. Dolo – Arts. 145 a 150 do CC.....	477
1.16.3.1. Dolo principal e dolo acidental.....	477
1.16.3.2. Dolo positivo e dolo negativo	479
1.16.3.3. Dolo do próprio interessado e dolo de terceiro.....	480
1.16.3.4. Dolo do representante legal e convencional	481
1.16.3.5. Dolo bilateral ou recíproco	481
1.16.4. Coação – Arts. 151 a 155 do CC.....	482
1.16.4.1. Coação exercida por terceiro	486
1.16.5. Lesão – Art. 157 do CC.....	486
1.16.5.1. Introdução	486
1.16.5.2. Evolução e história da lesão até sua introdução na legislação civil	488
1.16.5.2.1. Lesão no Código de Defesa do Consumidor.....	489
1.16.5.3. Princípios e fundamentos da lesão.....	490
1.16.5.4. Espécies de lesão.....	491
1.16.5.4.1. Lesão civil – Art. 157 do CC.....	492
1.16.5.5. Lesão e contratos aleatórios.....	495
1.16.5.6. Efeitos da lesão e princípio da conservação ou preservação do negócio jurídico	496
1.16.5.7. Momento da lesão	498
1.16.6. Estado de perigo – Art. 156 do CC	499

1.16.7.	Fraude contra credores – Arts. 158 a 165 do CC	502
1.16.7.1.	Considerações preliminares	502
1.16.7.2.	Elementos da fraude contra credores (subjetivo e objetivo)	503
1.16.7.3.	Elementos da fraude e natureza dos negócios jurídicos	505
1.16.7.4.	Preservação do negócio jurídico em que se caracteriza a fraude	506
1.16.7.5.	Questão da legitimidade. A quem aproveita a anulação dos negócios fraudulentos e quem tem legitimidade para pedir a anulação?	507
1.16.7.6.	Processo e ação pauliana – Efeitos da ação pauliana	509
1.16.7.7.	Presunção de boa-fé em relação a atos e negócios praticados por devedor insolvente	512
1.16.7.8.	Casos específicos de fraude	512
1.16.7.9.	Fraude à execução e fraude contra credores – Breves considerações	513
1.17.	Teoria Geral da Invalidade do Negócio Jurídico	515
1.17.1.	Considerações preliminares	515
1.17.2.	Espécies de invalidade – Ato e negócio nulo e anulável – Nulidade e Anulação – Regimes jurídicos	518
1.17.2.1.	Ato ou negócio jurídico nulo – Regime jurídico	518
1.17.2.1.1.	Hipóteses legais de nulidade	519
1.17.2.2.	Simulação	522
1.17.2.2.1.	Considerações preliminares – Introdução	522
1.17.2.2.2.	Conceito de simulação	522
1.17.2.2.3.	Espécies de simulação	523
1.17.2.2.4.	Legitimidade	525
1.17.2.2.5.	Simulação objetiva e subjetiva e casos específicos de simulação	526
1.17.2.2.6.	Tutela aos interesses de terceiro de boa-fé	527
1.17.2.2.7.	Simulação e reserva mental	528
1.17.2.3.	Legitimidade para arguir a nulidade e reconhecimento de ofício	529
1.17.2.4.	Confirmação e convalidação do negócio nulo pelo decorso do tempo	529
1.17.2.5.	“Conversão” do negócio jurídico nulo	531
1.17.2.6.	Resumo do regime das nulidades	534
1.17.3.	Ato ou negócio jurídico anulável – Regime jurídico	534
1.17.3.1.	Hipóteses legais de anulação	535
1.17.3.2.	Legitimidade para anulação e possibilidade de reconhecimento de ofício	536

1.17.3.3.	Confirmação ou convalidação do ato ou negócio jurídico anulável.....	537
1.17.3.4.	Prazo para o legitimado requerer a anulação.....	538
1.17.3.5.	Convalidação do ato ou negócio pela autorização posterior de terceiro.....	539
1.17.4.	Invalidez do instrumento e invalidez parcial (redução do negócio jurídico).....	540
1.17.5.	Efeitos do negócio nulo e anulável – Nulidade de pleno direito e tutela dos interesses de terceiros de boa-fé.....	541
1.18.	Teoria do Ato Ilícito e Abuso de Direito	544
1.18.1.	Considerações preliminares sobre o ato ilícito.....	544
1.18.2.	Ato ilícito – Elementos – Art. 186	547
1.18.2.1.	Nexo de causalidade, dano e responsabilidade civil.....	550
1.18.2.2.	Conclusão do ato ilícito	550
1.18.3.	“Diferença” entre responsabilidade civil contratual e responsabilidade civil extracontratual.....	552
1.18.4.	Ato ilícito objetivo como fonte de responsabilidade civil.....	553
1.18.5.	Teoria do abuso de direito e ilícito objetivo	554
1.18.5.1.	A questão da boa-fé objetiva e da culpa na teoria do abuso de direito	557
1.18.5.2.	Casos específicos de abuso de direito	558
1.18.5.3.	Proibição do comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>), <i>supressio</i> (<i>Verwirkung</i>), <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>) e <i>tu quoque</i>	559
1.18.5.3.1.	<i>Supressio</i> – <i>Surrectio</i> – <i>Tu quoque</i>	562
1.18.5.3.2.	Resumo Abuso de Direito	564
1.18.6.	Causas excludentes da ilicitude (atos lícitos)	565
1.19.	Prescrição e Decadência.....	566
1.19.1.	Considerações preliminares. Conceito de prescrição e decadência.....	566
1.19.2.	Prescrição	568
1.19.2.1.	Requisitos para a caracterização da prescrição.....	572
1.19.2.2.	Exceção e prescrição	573
1.19.2.3.	Prescrição e renúncia.....	573
1.19.2.4.	Prazo de prescrição e alteração	577
1.19.2.5.	Prescrição e momento para alegação	577
1.19.2.6.	Prescrição e responsabilidade civil em favor dos assistidos e da pessoa jurídica	578
1.19.2.7.	Prescrição e sucessão.....	579
1.19.2.8.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	580
1.19.2.9.	Causas interruptivas da prescrição e prescrição intercorrente.....	587

1.19.2.9.1.	Legitimidade para interromper a prescrição e efeitos da interrupção da prescrição.....	592
1.19.2.10.	Prazos de prescrição.....	593
1.19.3.	Decadência.....	601
1.20.	Prova do Negócio Jurídico.....	603
1.20.1.	Considerações preliminares	603
1.20.2.	Meios de prova do fato jurídico.....	605
1.20.2.1.	Confissão.....	605
1.20.2.2.	Documento	606
1.20.2.3.	Testemunhas.....	609
1.20.2.4.	Presunções.....	610
1.20.2.5.	Perícia	611
2.	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES.....	613
2.1.	Introdução ao Direito das Obrigações	614
2.1.1.	Noções gerais	614
2.1.2.	Obrigações e novos horizontes	617
2.1.3.	Direito das obrigações sob a perspectiva constitucional.....	620
2.1.4.	Características do direito das obrigações no novo sistema civil pautado em princípios.....	622
2.1.5.	Obrigações como um processo	623
2.2.	Obrigações: Estrutura, Conceito e Características	624
2.2.1.	Conceito de obrigação no sentido técnico jurídico	624
2.2.2.	Definições doutrinárias sobre obrigação	627
2.2.3.	Elementos essenciais e estruturais da obrigação (elementos constitutivos da obrigação).....	628
2.2.3.1.	Elemento subjetivo	628
2.2.3.2.	Elemento objetivo	629
2.2.3.3.	Vínculo jurídico	631
2.2.3.4.	Elementos essenciais e estruturais da obrigação (sujeitos, prestação e vínculo jurídico), agregados aos valores sociais constitucionais que integram o conteúdo da relação obrigacional material.....	633
2.2.4.	Obrigações e deveres morais.....	633
2.2.5.	A questão da prisão civil como consequência do não cumprimento da obrigação	633
2.2.6.	Superação da dicotomia clássica entre o direito das obrigações e os direitos reais (situações híbridas).....	636
2.2.6.1.	Situações híbridas.....	638
2.2.6.1.1.	Obrigações <i>propter rem</i>	638

	2.2.6.1.2.	Ônus reais	639
	2.2.6.1.3.	Obrigações com eficácia real	639
2.2.7.		Obrigações <i>Propter Rem</i>	640
2.2.8.		A relação das obrigações com os direitos da personalidade	642
2.2.9.		Fontes das obrigações	643
2.2.10		Modalidades das Obrigações: Quanto ao Objeto	645
	2.2.10.1.	Introdução	645
2.3.		Obrigações de dar coisa certa	646
2.3.1.		Considerações Preliminares	646
2.3.2.		Conceito e Características da Obrigação de Dar Coisa Certa	648
2.3.3.		Perda ou deterioração do objeto da prestação de dar coisa certa	651
	2.3.3.1.	Perda (perecimento) da coisa na obrigação de dar propriamente dita	651
	2.3.3.2.	Deterioração (perecimento parcial) da coisa na obrigação de dar propriamente dita	653
	2.3.3.3.	A questão da tradição, dos melhoramentos e acrescidos nas obrigações de dar propriamente ditas (transferência de domínio ou transmissão de posse)	654
	2.3.3.4.	Perda (perecimento) da coisa na obrigação de dar que implica restituição	655
	2.3.3.5.	Deterioração (perecimento parcial) da coisa na obrigação de dar que implica restituição	656
	2.3.3.6.	Melhoramentos na coisa objeto da prestação na obrigação de restituir	657
2.4.		Obrigações de dar coisa incerta	659
2.4.1.		Considerações preliminares	659
	2.4.1.1.	Conceito e características da obrigação de dar coisa incerta	659
2.5.		Obrigações de Fazer	661
2.5.1.		Obrigações de Fazer – característica. Fungíveis e personalíssimas	662
2.5.2.		Consequências do inadimplemento da obrigação de fazer, fungível e infungível	665
2.6.		Obrigações de Não Fazer	666
2.6.1.		Obrigações de Não Fazer e inadimplemento	667
2.6.2.		Obrigações de Não Fazer e teoria da mora	668
2.7.		Classificação das Obrigações sob a perspectiva da pluralidade de prestações ou de sujeitos: Objetiva e Subjetiva	668
2.7.1.		Introdução sobre a classificação das obrigações – Em relação à unicidade ou pluralidade do objeto (simples e complexas) e à pluralidade dos sujeitos	668
2.7.2.		Classificação em relação ao objeto (objetivamente plurais)	669

2.7.2.1.	Obrigação complexa cumulativa	669
2.7.2.2.	Obrigação complexa alternativa (ou disjuntiva)	669
2.7.2.2.1.	Escolha para fins de Concentração.....	671
2.7.2.2.2.	Obrigações alternativas e impossibilidade das prestações.....	673
2.7.2.3.	Obrigações complexas facultativas.....	676
2.7.3.	Classificação em relação aos sujeitos (Obrigações Subjetivamente Plurais) ..	677
2.7.3.1.	Obrigação fracionária	677
2.7.3.1.1.	Obrigações disjuntivas.....	678
2.7.3.2.	Disciplina jurídica das obrigações solidárias.....	678
2.7.3.2.1.	Solidariedade e presunção	681
2.7.3.2.2.	Solidariedade ativa	683
2.7.3.2.3.	Solidariedade passiva	686
2.7.3.3.	Disciplina jurídica das obrigações divisíveis e indivisíveis	694
2.7.3.3.1.	Indivisibilidade e consequências: pluralidade de devedores ou de credores	696
2.7.3.3.2.	Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade ...	699
2.8.	Classificação das Obrigações Quanto ao Conteúdo e à Exigibilidade.....	700
2.8.1.	Introdução	700
2.8.2.	Obrigações de meio, resultado e garantia	700
2.8.2.1.	Obrigação de “meio”	700
2.8.2.2.	Obrigação de “resultado”	700
2.8.2.3.	Obrigação de garantia.....	701
2.8.3.	Obrigações civis e obrigações judicialmente inexigíveis	701
2.8.4.	Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas	704
2.8.4.1.	Principais e acessórias	704
2.8.4.2.	Líquidas e ilíquidas	704
2.8.5.	Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; Obrigações simples, condicionais, a termo e modais	705
2.9.	Transmissão das Obrigações – Cessão de Crédito e Assunção de Dívida	705
2.9.1.	Introdução	705
2.9.2.	Cessão de crédito	707
2.9.2.1.	Conceito e noções gerais	707
2.9.2.2.	Restrições à cessão de crédito.....	708
2.9.2.2.1.	Cessão parcial ou total e cessão de acessórios.....	709
2.9.2.2.2.	Cessão e formalidade.....	710
2.9.2.2.3.	Cessão: natureza jurídica e objeto e o Endosso (dualidade de regimes de transmissão de crédito).....	712

2.9.2.2.4.	Cessão de crédito e a figura do “devedor” cedido...	715
2.9.2.2.5.	Cessão de crédito e oponibilidade das exceções pessoais	716
2.9.2.2.6.	Cessão de crédito e responsabilidade do cedente: cessão onerosa e gratuita.....	717
2.9.2.2.7.	Resumo	719
2.9.3.	Cessão de débito ou assunção de dívida	720
2.9.3.1.	Introdução	720
2.9.3.2.	Conceito e características da assunção de obrigação	721
2.9.3.3.	Natureza jurídica da assunção de dívida.....	721
2.9.3.4.	Assunção de dívida: modalidades e dinamismo	722
2.9.3.4.1.	Assunção cumulativa	723
2.9.3.4.2.	Assunção liberatória.....	724
2.9.3.5.	Assunção de dívida e a questão da extinção das garantias (restrita à assunção liberatória).....	726
2.9.3.6.	Substituição do devedor e invalidação da assunção	727
2.9.3.7.	Assunção e exceções pessoais a serem opostas ao credor pelo novo devedor	729
2.9.3.8.	Assunção e aquisição de imóvel hipotecado.....	729
2.9.3.9.	Diferença entre a cessão de contrato e os modos tradicionais de transmissão de obrigações (cessão de crédito e assunção de dívida)	731
2.10.	Teoria do Adimplemento	733
2.10.1.	Introdução. Pressupostos subjetivos e objetivos do pagamento.....	733
2.10.1.1.	Introdução	733
2.10.1.2.	Natureza jurídica do adimplemento	734
2.10.1.3.	Teoria do adimplemento substancial	735
2.10.1.4.	Pressupostos subjetivos e objetivos para eficácia do adimplemento.....	736
2.10.1.4.1.	Pressupostos subjetivos	736
2.10.1.4.2.	Pressupostos objetivos	745
2.10.2.	Pagamento indireto ou especial. Modalidades: Consignação em pagamento. Sub-rogação. Dação em pagamento. Imputação de pagamento. Novação. Compensação. Remissão	773
2.10.2.1.	Introdução	773
2.10.2.2.	Consignação em pagamento	774
2.10.2.2.1.	Introdução e conceito	774
2.10.2.2.2.	Natureza jurídica da consignação	775

2.10.2.2.3.	Direito subjetivo de consignar e obrigação como processo	776
2.10.2.2.4.	Objeto a ser consignado e consignação judicial e extrajudicial	777
2.10.2.2.5.	Pressupostos para eficácia da consignação e sua equiparação a pagamento.....	778
2.10.2.2.6.	Pressupostos objetivos e subjetivos para a equiparação da consignação a pagamento	779
2.10.2.2.7.	Consignação e prazo.....	782
2.10.2.2.8.	Consignação e lugar.....	783
2.10.2.2.9.	Hipóteses legais de consignação (ausência de cooperação ou segurança)	783
2.10.2.2.10.	Consequência da consignação e efeitos do depósito.....	786
2.10.2.2.11.	Depósito e questões processuais relevantes	788
2.10.2.3.	Pagamento com sub-rogação	792
2.10.2.3.1.	Introdução	792
2.10.2.3.2.	Natureza jurídica da sub-rogação e efeitos	793
2.10.2.3.3.	Espécies de sub-rogação.....	795
2.10.2.3.4.	Principal efeito da sub-rogação legal e da convencional.....	801
2.10.2.3.5.	Limites da sub-rogação e caráter especulativo.....	801
2.10.2.3.6.	Sub-rogação parcial	802
2.10.2.4.	Imputação de pagamento	803
2.10.2.4.1.	Introdução	803
2.10.2.4.2.	Requisitos para a imputação de pagamento	804
2.10.2.4.3.	Espécies de imputação	807
2.10.2.5.	Dação em pagamento.....	808
2.10.2.5.1.	Introdução	808
2.10.2.5.2.	Requisitos da dação em pagamento	809
2.10.2.5.3.	Dação em pagamento e dação em cumprimento..	810
2.10.2.5.4.	Dação em pagamento e compra e venda	811
2.10.2.5.5.	Dação em pagamento e títulos de crédito	811
2.10.2.5.6.	Dação em pagamento e evicção	812
2.10.2.6.	Novação.....	812
2.10.2.6.1.	Introdução	812
2.10.2.6.2.	Conceito	813
2.10.2.6.3.	Requisitos para a caracterização da novação	814

2.10.2.6.4.	Espécies de novação	817
2.10.2.6.5.	Efeitos da novação	819
2.10.2.7.	Compensação	821
2.10.2.7.1.	Introdução	821
2.10.2.7.2.	Espécies de compensação	821
2.10.2.7.3.	Pressupostos para a compensação legal	822
2.10.2.7.4.	Impossibilidade da compensação legal devido à causa	826
2.10.2.7.5.	Regras especiais sobre a compensação	826
2.10.2.8.	Confusão	827
2.10.2.9.	Remissão	829
2.10.2.9.1.	Requisitos para a remissão	829
2.10.2.9.2.	Formalidades da remissão	829
2.10.2.9.3.	Remissão expressa e tácita, gratuita e onerosa	829
2.10.2.9.4.	Remissão limitada à garantia da dívida	830
2.10.2.9.5.	Remissão e solidariedade	830
2.11.	Teoria do Inadimplemento – Parte I	831
2.11.1.	O inadimplemento e a obrigação como processo	831
2.11.2.	A questão da obrigação e os deveres jurídicos	832
2.11.3.	A teoria do inadimplemento e o ato ilícito	833
2.11.3.1.	A questão do ilícito contratual ou do inadimplemento	833
2.11.4.	O inadimplemento e a causa: a questão da imputabilidade	835
2.11.5.	Espécies de Inadimplemento	836
2.11.5.1.	Inadimplemento absoluto; relativo (teoria da mora) e viola- ção positiva do contrato (princípio da boa-fé objetiva)	836
2.11.5.2.	Inadimplemento absoluto	837
2.11.5.3.	Inadimplemento relativo	840
2.11.5.3.1.	Conceito e caracterização da mora e a <i>mora sol- vendi</i> (devedor)	840
2.11.5.3.2.	Exigibilidade da prestação e constituição em mora	843
2.11.5.3.3.	Efeitos da mora do devedor ou <i>mora solvendi</i>	845
2.11.5.3.4.	Mora do credor ou <i>mora accipiendi</i> : caracteriza- ção e efeitos	848
2.11.5.3.5.	Purgação e cessação da mora	850
2.11.5.4.	O inadimplemento imputável e o inadimplemento fortuito	851
2.11.5.5.	A violação positiva do contrato como espécie do gênero ina- dimplemento	854
2.12.	Teoria do Inadimplemento – Parte II	856
2.12.1.	Introdução	856
2.12.2.	Perdas e danos: noção geral	857

2.12.2.1.	Elementos constitutivos das perdas e danos: dano emergente e lucro cessante – dano material ou dano patrimonial.....	858
2.12.2.2.	A teoria da perda de uma chance	860
2.12.2.3.	As perdas e danos e as obrigações de prestar dinheiro: disciplina específica	863
2.12.2.4.	Dano moral: conceito (o tema também será analisado no capítulo que trata da responsabilidade civil)	864
2.12.2.4.1.	Dano moral decorrente de inadimplemento contratual.....	865
2.12.2.4.2.	Cumulação do dano moral com dano material	867
2.12.2.4.3.	Dano moral e dano estético	867
2.12.2.4.4.	Dano moral e pessoa jurídica	868
2.12.2.4.5.	Dano moral coletivo: possibilidade?	869
2.12.2.4.6.	Arbitramento e finalidade do dano moral – critérios e requisitos	871
2.12.2.4.7.	O dano moral por abandono socioafetivo.....	873
2.12.3.	As perdas e danos e as teorias sobre nexo de causalidade	874
2.12.3.1.	A questão da solidariedade na responsabilidade contratual	880
2.12.4.	A teoria dos juros de mora de mora no Código Civil	880
2.12.4.1.	Os juros e a questão da prova do prejuízo.....	883
2.12.4.2.	Juros moratórios e incidência.....	883
2.12.5.	A teoria da cláusula penal: conceito e introdução	884
2.12.5.1.	Introdução	884
2.12.5.2.	Natureza jurídica da cláusula penal.....	885
2.12.5.2.1.	Caráter acessório da cláusula penal	887
2.12.5.3.	Hipótese de incidência da cláusula penal – A questão da culpa.....	888
2.12.5.4.	Cláusula penal – Inadimplemento absoluto e relativo – Total e parcial.....	889
2.12.5.5.	Cláusula penal – Espécies – Compensatória e moratória.....	890
2.12.5.5.1.	Cláusula penal compensatória	890
2.12.5.5.2.	Cláusula penal moratória	892
2.12.5.6.	Limites da cláusula penal	893
2.12.5.7.	Redução equitativa e a função social da cláusula penal.....	896
2.12.5.8.	Cláusula penal e a divisibilidade ou indivisibilidade da obrigação	900
2.12.5.9.	Cláusula penal e vinculação a prejuízo	901
2.12.5.10.	Cláusula penal e indenização suplementar.....	902
2.12.5.11.	Cláusula penal e institutos afins	904
2.12.6.	Arras	905
2.12.6.1.	Introdução	905
2.12.6.2.	Espécies de arras: confirmatórias e penitenciais	906

2.12.6.3.	Crítica à classificação tradicional	910
2.12.6.3.1.	Resumo da diferença entre cláusula penal e arras..	911
2.12.6.4.	Incorporação Imobiliária e Teoria do Inadimplemento – Inovações da lei n.º 13.786/2018. Introdução	912
2.13.	Teoria da Responsabilidade Civil.....	922
2.13.1.	Introdução	922
2.13.1.1.	“Modalidades” ou “Espécies” de responsabilidade civil.....	922
2.13.1.2.	Fonte, origem e causa (que decorram da conduta humana) – responsabilidade civil negocial ou extranegocial	923
2.13.1.3.	Responsabilidade Subjetiva e Objetiva (Noção Geral)	925
2.13.1.4.	Nexo de causalidade	927
2.13.1.5.	Teoria dos Danos (sistematizada) – Danos Patrimoniais e Extrapatrimoniais (moral, imagem, estético e existencial)	929
2.13.2.	A cláusula geral da responsabilidade civil	933
2.13.3.	A reponsabilidade civil do incapaz.....	936
2.13.4.	A indenização em favor de terceiro inocente no caso de ato ilícito	937
2.13.5.	Responsabilidade civil e empresas e empresários individuais	937
2.13.6.	Responsabilidade civil por fato de terceiro ou de outrem	938
2.13.7.	Responsabilidade civil e criminal	940
2.13.8.	Responsabilidade civil pelo fato da coisa.....	941
2.13.9.	Responsabilidade civil pela cobrança de dívida paga ou vincenda	941
2.13.10.	Responsabilidade patrimonial e solidária dos autores e responsáveis	942
2.13.11.	A transmissão da responsabilidade civil para os herdeiros	942
2.13.12.	Regras sobre liquidação do dano: Indenização	943
3.	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS	949
3.1.	Noções Gerais sobre Contrato. Conceito e Evolução Histórica	950
3.1.1.	Noções gerais do contrato – Considerações preliminares	950
3.1.2.	Contrato e teoria geral do fato jurídico.....	951
3.1.3.	Contrato e negócio jurídico.....	952
3.1.4.	Autonomia da vontade e autonomia privada (relevância para a teoria contratual)	953
3.1.5.	Contrato – Conceito e evolução histórica	953
3.1.5.1.	Modelo romano de contrato (tentativa de superação das formalidades)	954
3.1.5.2.	Modelo do contrato na Idade Média – Contrato medieval.....	955
3.1.5.3.	Modelo liberal – contrato (consagração do consensualismo).....	957
3.1.5.4.	Modelo – Estado social e democrático – Contrato	960
3.2.	Princípios Contratuais – Clássicos e Contemporâneos	964
3.2.1.	Introdução	964
3.2.2.	Autonomia da vontade	965
3.2.3.	Obrigatoriedade (<i>pacta sunt servanda</i>)	967

3.2.4.	Relatividade dos contratos	969
3.2.5.	Princípio do consensualismo	970
3.2.6.	Princípios contemporâneos (Função social dos contratos e boa-fé objetiva – tutela da confiança)	970
3.2.6.1.	Contrato e o princípio da função social	970
3.2.6.2.	A função social como causa do contrato.....	974
3.2.6.3.	A função social e os limites à autonomia privada	974
3.2.6.4.	A função social e a sua relação com os princípios clássicos	976
3.2.6.5.	Função social: eficácia interna e externa do contrato	977
3.2.6.5.1.	Interesses transindividuais	979
3.2.6.5.2.	Terceiro ofendido	979
3.2.6.5.3.	Terceiro ofensor	981
3.2.6.6.	Princípio da boa-fé objetiva e tutela da confiança como direito fundamental.....	983
3.2.6.7.	<i>Duty to mitigate the own loss</i>	987
3.2.6.8.	Princípio do equilíbrio contratual ou equivalência material.....	988
3.3.	Formação dos Contratos Paritários. Fases de Formação.....	989
3.3.1.	Formação dos contratos – Considerações preliminares	989
3.3.1.1.	Negociações preliminares.....	992
3.3.1.2.	Proposta	994
3.3.1.2.1.	Requisitos da proposta	994
3.3.1.2.2.	Proposta ao público	994
3.3.1.3.	Proposta e vinculação: regras e exceções	996
3.3.1.3.1.	A questão da morte do proponente antes da resposta	999
3.3.1.4.	Aceitação.....	1000
3.3.1.4.1.	Aceitação sem eficácia jurídica	1001
3.3.1.4.2.	Retratação do aceitante.....	1002
3.3.1.4.3.	Aceitação e contrato entre ausentes.....	1002
3.3.1.5.	Lugar da celebração do contrato	1004
3.4.	Classificação Tradicional dos Contratos.....	1005
3.4.1.	Classificação dos contratos quanto à formação ou ao momento de aperfeiçoamento	1005
3.4.1.1.	Contratos consensuais e reais (plano da existência – contratos).....	1005
3.4.2.	Classificação dos contratos quanto aos efeitos (direitos e deveres das partes)	1010
3.4.2.1.	Contrato bilateral	1010
3.4.2.2.	Contrato unilateral.....	1011
3.4.2.3.	Contrato bilateral imperfeito	1012
3.4.2.4.	Distinção entre contratos bilaterais e unilaterais – Relevância ..	1014

3.4.3.	Classificação dos contratos quanto à reciprocidade de vantagens e sacrifícios: contratos onerosos e gratuitos ou benéficos	1015
3.4.4.	Classificação dos contratos quanto à previsão do resultado: contratos comutativos e aleatórios	1017
3.4.4.1.	Contratos comutativos.....	1018
3.4.4.2.	Contratos aleatórios	1018
3.4.4.2.1.	Contratos aleatórios e origem.....	1020
3.4.4.2.2.	Contratos aleatórios e as disposições da teoria geral dos contratos.....	1021
3.4.4.2.3.	Assunção de risco pela existência de coisa ou fato futuro.....	1021
3.4.4.2.4.	Assunção de risco pela quantidade de coisa futura	1022
3.4.4.2.5.	Contrato aleatório e risco pela existência de coisa atual (plano da validade).....	1023
3.4.4.2.6.	Questões relevantes sobre os contratos comutativos e aleatórios.....	1024
3.4.5.	Classificação dos contratos quanto ao método de contratação: contratos paritários e contratos de adesão	1025
3.4.6.	Contratos típicos e atípicos (classificação quanto à previsão legal)	1028
3.4.7.	Contratos principais e acessórios (ao modo por que existem).....	1030
3.4.8.	Contratos pessoais (ou intuito <i>personae</i>) e impessoais.....	1031
3.4.9.	Contratos solenes e não solenes (classificação quanto à forma).....	1033
3.4.10.	Contratos instantâneos e de longa duração (classificação quanto ao momento de execução).....	1034
3.4.11.	Contratos de consumo	1036
3.5.	Classificação Contemporânea dos Contratos	1041
3.5.1.	Contrato com pessoa a declarar: considerações preliminares	1041
3.5.2.	Contrato com pessoa a declarar ou da cláusula de reserva	1041
3.5.2.1.	Formalidade da nomeação.....	1042
3.5.2.2.	Eficácia retroativa da nomeação do terceiro.....	1043
3.5.2.3.	Eficácia do contrato apenas entre os contratantes originários ..	1045
3.5.3.	Contrato tipo	1046
3.5.4.	Contratos individuais, coletivos e acordos normativos.....	1046
3.5.5.	Contratos coativos e necessários	1047
3.5.6.	Contratos relacionais e contratos cativos.....	1048
3.5.7.	Contratos derivados.....	1050
3.5.8.	Contratos mistos e coligados.....	1052
3.5.9.	Contratos existenciais e comunitários.....	1057
3.5.10.	Contratos ilícitos	1057
3.6.	Contrato Preliminar – Promessa de Contrato	1058

3.6.1.	Introdução e considerações preliminares: Evolução histórica e regulamentação no ordenamento jurídico brasileiro	1058
3.6.1.1.	Contrato preliminar e contrato definitivo	1059
3.6.1.2.	Contrato preliminar e natureza jurídica	1060
3.6.1.3.	Definição de contrato preliminar	1060
3.6.1.4.	Objeto	1061
3.6.1.5.	Contrato preliminar e negociações preliminares	1062
3.6.1.6.	Pressupostos e requisitos	1062
3.6.1.7.	A questão do contrato preliminar e registro	1064
3.6.1.8.	O registro e a questão do disposto no art. 1.418 do CC	1065
3.6.1.9.	Modalidades: contrato preliminar bilateral e contrato preliminar unilateral	1066
3.6.1.10.	Efeitos jurídicos: adimplemento e inadimplemento	1067
3.7.	Relatividade dos Contratos – Estipulação e Promessa em Favor de Terceiro	1070
3.7.1.	Considerações preliminares	1070
3.7.2.	Estipulação em favor de terceiro	1071
3.7.2.1.	Introdução	1071
3.7.2.2.	Natureza jurídica	1072
3.7.2.2.1.	Teoria da oferta	1073
3.7.2.2.2.	Teoria da gestão de negócios	1073
3.7.2.2.3.	Teoria da declaração unilateral	1074
3.7.2.2.4.	Teoria do contrato <i>sui generis</i>	1074
3.7.2.3.	O Código Civil e a estipulação em favor de terceiro: características do instituto	1074
3.7.2.4.	Contratos que podem caracterizar estipulação em favor de terceiro	1077
3.7.3.	Promessa de fato de terceiro	1077
3.7.3.1.	Introdução	1077
3.7.3.2.	Natureza jurídica	1078
3.7.3.3.	Estrutura jurídica da promessa de fato de terceiro	1078
3.7.3.4.	Hipótese especial de exclusão da responsabilidade do promitente	1081
3.8.	Contratos e Garantias Legais. Teoria dos Vícios Redibitórios e Teoria da Evicção	1082
3.8.1.	Teoria dos vícios redibitórios	1082
3.8.1.1.	Considerações preliminares	1082
3.8.1.2.	Fundamento dos vícios redibitórios e da garantia. Natureza jurídica do instituto	1083
3.8.1.3.	Elementos constitutivos e conceito de vício redibitório	1084

3.8.1.4.	Ciência do contratante/alienante a respeito do vício e consequência	1090
3.8.1.5.	Efeitos dos vícios redibitórios: ações edilícias	1091
3.8.1.6.	A questão dos vícios redibitórios relativos às coisas adquiridas em hasta pública	1092
3.8.1.7.	Prazos de decadência legal para as ações edilícias	1093
3.8.1.8.	Prazos de garantia e de decadência convencional	1097
3.8.1.9.	Vícios redibitórios: dispositivos específicos.....	1098
3.8.1.10.	Vícios redibitórios no CC e no CDC	1099
3.8.1.11.	Diferença entre erro e vício redibitório.....	1101
3.8.2.	Evicção	1101
3.8.2.1.	Considerações preliminares	1101
3.8.2.2.	Evicção e teoria geral do contrato (a questão dos contratos onerosos e o contrato de compra e venda).....	1101
3.8.2.3.	Contorno jurídico da evicção.....	1103
3.8.2.4.	Questão da posse originária e da posse derivada (posse civil e natural) e sua relação com a evicção	1103
3.8.2.5.	Conceito e requisitos essenciais para a consumação da evicção	1105
3.8.2.6.	A questão da responsabilidade civil do alienante e a cláusula de não indenizar.....	1108
3.8.2.7.	Responsabilidade do alienante e deterioração da coisa	1112
3.8.2.8.	Evicção e benfeitorias	1113
3.8.2.9.	Espécies de evicção: evicção total e parcial.....	1113
3.8.2.10.	Evicção expropriatória e hasta pública	1114
3.8.2.11.	Aspectos processuais da evicção	1115
3.8.2.12.	Evicção lícita e evicção invertida	1117
3.8.2.13.	Evicção reivindicatória (resulta de sentença), expropriatória e resolutória (aquisição do vendedor se resolve por estar subordinada a uma condição resolutiva). A evicção no direito sucessório. A evicção e dação em pagamento. A evicção na doação. A evicção no contrato de transação. A evicção no direito empresarial.....	1118
3.9.	Extinção dos Contratos	1119
3.9.1.	Introdução – Causas de extinção dos contratos	1119
3.9.2.	Causas de extinção	1120
3.9.2.1.	Adimplemento.....	1120
3.9.2.2.	Outras causas de extinção (a título de exemplo): arrependimento; falecimento do contratante; invalidade; extinção por vício redibitório; condição, resilição e resolução	1121
3.9.2.3.	Resilição.....	1124

3.9.2.4.	Resolução.....	1130
3.9.2.5.	Conexão entre inadimplemento e cláusula resolutiva (expressa e tácita)	1134
3.9.2.5.1.	Resolução por onerosidade excessiva: teoria da imprevisão	1140

4. CONTRATOS EM ESPÉCIE 1147

4.1.	Contrato de Compra e Venda	1149
4.1.1.	Conceito e Características	1149
4.1.2.	Elementos do contrato de compra e venda	1151
4.1.2.1.	Elementos constitutivos do contrato de compra e venda: coisa, preço e consenso	1151
4.1.2.2.	Objeto do contrato de compra e venda	1152
4.1.3.	Compra e venda: Regra especial que se realiza à vista de amostras, protótipos ou modelos	1152
4.1.4.	Compra e venda e fixação do preço sob a responsabilidade de terceiro	1153
4.1.4.1.	Arbitramento do preço pelo terceiro e formação do contrato... ..	1153
4.1.5.	Compra e venda e preço: disposição específica	1154
4.1.6.	Nulidade do contrato de compra e venda em razão de cláusula puramente potestativa.....	1155
4.1.7.	Responsabilidade pelas despesas no contrato de compra e venda.....	1156
4.1.8.	Contrato de compra e venda à vista	1156
4.1.9.	Compra e venda e a responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	1157
4.1.10.	Insolência do comprador e possibilidade de sobrestamento da entrega da coisa	1158
4.1.11.	Restrições ao consentimento no contrato de compra e venda	1159
4.1.11.1.	Venda de ascendente para descendente	1159
4.1.11.2.	Compra e venda entre cônjuges	1161
4.1.11.3.	As restrições dos arts. 497 e 498 do CC – Compra e venda entre pessoas que administram bens alheios	1161
4.1.11.4.	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	1163
4.1.11.5.	Responsabilidade por débitos pendentes e a questão dos vícios redibitórios em caso de venda de coisas em conjunto (arts. 502 e 503 do CC)	1165
4.1.11.6.	Regra especial para a venda de bem indivisível que está em regime de condomínio	1166
4.1.12.	Cláusulas Especiais do contrato de compra e venda	1168
4.1.12.1.	Pacto de retrovenda.....	1168

4.1.12.1.1.	Consequência da recusa do comprador em receber as quantias para viabilizar o resgate pelo vendedor.....	1169
4.1.12.1.2.	Cessão e transferência do direito de retrato	1169
4.1.12.1.3.	Direito de retrato entre condôminos	1170
4.1.12.2.	Venda a contento e venda sujeita à prova.....	1170
4.1.12.3.	Preempção ou preferência convencional.....	1173
4.1.12.3.1.	A questão do condomínio e o direito de prelação em favor de mais de uma pessoa.....	1175
4.1.12.3.2.	As consequências da violação do direito de preferência.....	1175
4.1.12.3.3.	O direito de preferência nas desapropriações.....	1176
4.1.12.3.4.	Caráter personalíssimo do direito de preempção.....	1177
4.1.12.4.	Da venda com reserva de domínio.....	1178
4.1.12.4.1.	Formalização do pacto.....	1179
4.1.12.4.2.	A transferência da propriedade e os riscos assumidos pelo comprador.....	1180
4.1.12.4.3.	Consequências do inadimplemento do comprador.....	1180
4.1.12.4.4.	Intervenção de instituição financeira	1181
4.1.12.5.	Venda sob documentos (arts. 529 a 532 do CC)	1182
4.2.	Contrato de Troca ou Permuta	1183
4.2.1.	Conceito e Características	1183
4.2.2.	A permuta e as regras comuns ao contrato de compra e venda	1184
4.2.3.	Objeto do contrato de permuta	1185
4.2.4.	Natureza jurídica da permuta.....	1186
4.3.	Contrato Estimatório	1187
4.3.1.	Noções gerais	1187
4.3.2.	Características e natureza jurídica	1188
4.3.3.	Natureza jurídica: obrigação alternativa ou facultativa	1190
4.3.4.	Efeitos Jurídicos quanto aos riscos pelo perecimento ou deterioração da coisa consignada.....	1191
4.3.5.	Impenhorabilidade da coisa consignada	1192
4.3.6.	Indisponibilidade da coisa	1192
4.4.	Contrato de Doação.....	1193
4.4.1.	Noções Gerais sobre o contrato de doação.....	1193
4.4.2.	Elementos estruturais do contrato de doação: Classificação do contrato de doação	1194
4.4.2.1.	Características especiais.....	1196
4.4.3.	Aceitação da doação.....	1198

4.4.4.	Formalidade da doação: regra e exceção.....	1199
4.4.5.	Doação em contemplação do merecimento do donatário (doação meri- tória).....	1201
4.4.6.	Doação remuneratória e doação mista.....	1201
4.4.7.	Doação pura e simples, doação com encargo (modal) e doação condi- cional	1204
4.4.8.	Doação ao nascituro e doação em favor do absolutamente incapaz.....	1206
4.4.9.	Doação entre ascendentes e descendentes: adiantamento de legítima.....	1207
4.4.10.	Doação em forma de subvenção periódica.....	1208
4.4.11.	Doação feita em contemplação de casamento futuro com pessoa deter- minada	1209
4.4.12.	Doação e cláusula de reversão: propriedade resolúvel.....	1210
4.4.13.	Vedações Legais à doação: doação universal, doação inoficiosa e doação ao cônjuge adúltero.....	1211
4.4.13.1.	Doação universal.....	1211
4.4.13.2.	Doação inoficiosa.....	1212
4.4.13.3.	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	1213
4.4.14.	Doação em favor de pluralidade de sujeitos (doação conjuntiva) e ga- rantias do doador em relação ao bem doado (evicção e vício redibitório) ..	1215
4.4.15.	Doação para entidade futura.....	1217
4.4.16.	Revogação da doação: causas de revogação.....	1217
4.4.16.1.	Revogação por inexecução de encargo.....	1218
4.4.16.2.	Revogação por ingratidão do donatário	1219
4.4.17.	Promessa de doação	1223
4.4.17.1.	Os fundamentos da recusa da exigibilidade da promessa de doação nas Cortes Superiores	1229
4.4.18.	A doação e cláusulas restritivas apostas pelo doador (impenhorabilida- de, inalienabilidade e incomunicabilidade)	1231
4.5.	Contrato de Locação de Coisas.....	1233
4.5.1.	Introdução: noções gerais, conceito e características	1233
4.5.1.1.	Elementos essenciais: Consentimento, coisa e preço.....	1234
4.5.1.1.1.	Coisa.....	1234
4.5.1.1.2.	Preço	1235
4.5.2.	Obrigações do locador.....	1236
4.5.3.	Deterioração da coisa locada no curso do contrato e consequências.....	1238
4.5.4.	Obrigações do locatário	1238
4.5.5.	Restituição antecipada e direito de retenção	1240
4.5.6.	Extinção da locação por prazo determinado e prorrogação da locação	1242
4.5.7.	Alienação da coisa locada durante a locação	1244

4.5.8.	Transferência da locação para herdeiros do locador e locatário	1244
4.6.	Contrato de Locação de Imóveis Urbanos (Lei 8.245/91)	1244
4.6.1.	Noção geral	1244
4.6.2.	Ação do locador, denúncia da locação e extinção da locação vinculada a usufruto ou fideicomisso	1246
4.6.3.	Alienação do bem locado durante a locação	1248
4.6.4.	Hipóteses legais de extinção da locação de imóveis urbanos	1249
4.6.5.	Morte das partes e consequências	1249
4.6.6.	Dissolução da sociedade conjugal e da união estável e consequências	1249
4.6.7.	Da cessão da locação e das sublocações	1250
4.6.8.	Regras sobre o aluguel	1251
4.6.9.	Deveres do locador e do locatário	1252
4.6.10.	Direito de preferência	1254
4.6.11.	As benfeitorias realizadas pelo locatário	1255
4.6.12.	Das garantias da locação	1257
4.6.13.	Das nulidades da locação	1259
4.6.14.	Da locação residencial	1260
4.6.14.1.	Da locação para temporada	1261
4.6.15.	Da locação não residencial	1261
4.6.16.	Disposições gerais sobre os procedimentos das ações relativas a esta lei ...	1264
4.6.16.1.	Despejo	1264
4.6.16.2.	Da ação de consignação de aluguel e acessórios da locação	1267
4.6.16.3.	Da ação revisional de aluguel	1268
4.6.16.4.	Da ação renovatória	1269
4.6.17.	Regras relevantes	1270
4.6.18.	Regras gerais sobre o Estatuto da Terra	1270
4.6.19.	Lei 6.099/1974 – Arrendamento mercantil	1271
4.7.	Contrato de Comodato e Contrato de Mútuo (Empréstimo)	1273
4.7.1.	Introdução: noções gerais, conceito e características	1273
4.7.2.	Do comodato	1273
4.7.2.1.	Conceito e características	1273
4.7.2.1.1.	Infungibilidade do objeto	1274
4.7.2.1.2.	Gratuidade	1275
4.7.2.1.3.	Temporariedade	1276
4.7.2.1.4.	Natureza real do comodato	1277
4.7.2.1.5.	Unilateralidade (efeitos obrigacionais)	1277
4.7.2.1.6.	Contrato impessoal?	1279
4.7.2.2.	Prazo do comodato: outras questões sobre a temporariedade	1279

4.7.2.3.	Comodato na tutela, curatela e administração em geral	1281
4.7.2.4.	Comodatário: obrigações.....	1281
4.7.2.4.1.	Obrigação de conservação da coisa.....	1281
4.7.2.4.2.	Obrigação de uso de acordo com a natureza do bem e a função do contrato	1282
4.7.2.4.3.	Obrigação de restituição	1282
4.7.2.5.	Assunção de risco integral na obrigação de conservação e responsabilidade pelas despesas com a coisa	1283
4.7.2.6.	Pluralidade de comodatários.....	1284
4.7.2.7.	Deveres e obrigações do comodante.....	1284
4.7.2.8.	Extinção do comodato.....	1285
4.7.3.	Mútuo (empréstimo de coisas fungíveis)	1285
4.7.3.1.	Conceito e noções gerais	1285
4.7.3.2.	Características e classificação do mútuo	1286
4.7.3.2.1.	Transferência da propriedade.....	1286
4.7.3.2.2.	Temporiedade (prazo)	1286
4.7.3.2.3.	Coisa móvel e fungível	1287
4.7.3.2.4.	Natureza real do mútuo.....	1287
4.7.3.2.5.	Unilateralidade (efeitos obrigacionais)	1288
4.7.3.2.6.	Gratuidade/Onerosidade	1289
4.7.3.3.	Mútuo em favor de menor.....	1289
4.7.3.4.	Mútuo e garantia de restituição	1290
4.7.3.5.	Mútuo feneratício (oneroso)	1291
4.8.	Da Prestação de Serviços	1291
4.8.1.	Noções gerais	1291
4.8.2.	Contrato de prestação de serviços: formalidade e remuneração.....	1294
4.8.2.1.	Contrato de prestação de serviços: prazo máximo, prazo determinado e prazo indeterminado	1295
4.8.2.2.	Contrato de prestação de serviços: justa causa e efeitos	1296
4.8.2.3.	O caráter personalíssimo do contrato de prestação de serviços.....	1297
4.8.2.4.	Causas de extinção do contrato de prestação de serviços	1298
4.8.2.5.	Aliciamento de terceiros ofensores	1300
4.9.	Empreitada.....	1302
4.9.1.	Noções gerais, conceito e características	1302
4.9.1.1.	Empreitada: espécies e efeitos.....	1302
4.9.1.2.	Empreitada por preço certo, por medida e por administração..	1303
4.9.1.3.	Conclusão da obra: dever de recebimento e direito de rejeição	1304

4.9.1.4.	Responsabilidade do empreiteiro quanto aos materiais inutilizados por sua culpa.....	1305
4.9.1.5.	A responsabilidade civil do empreiteiro na empreitada de edifícios e outras construções consideráveis.....	1305
4.9.1.6.	Cláusula de reajustamento na empreitada por preço certo.....	1307
4.9.1.7.	Possibilidade de revisão do preço.....	1307
4.9.1.8.	Modificação do projeto da obra pelo seu proprietário	1308
4.9.1.9.	Subempreitada	1308
4.9.1.10.	A suspensão da obra pelo dono e o empreiteiro e os efeitos.....	1309
4.9.1.11.	Extinção da empreitada em decorrência de morte do empreiteiro	1310
4.10.	Contrato de Depósito.....	1310
4.10.1.	Noções gerais e características.....	1310
4.10.2.	Local de restituição da coisa e responsabilidade pelas despesas de restituição.....	1314
4.10.3.	Depósito no interesse de terceiro	1314
4.10.4.	Depósito judicial em caso de recusa do depositário quanto ao recebimento da coisa.....	1315
4.10.5.	Perda da coisa depositada e responsabilidade do depositário (teoria dos riscos no depósito)	1316
4.10.6.	Dever de restituição e herdeiros.....	1316
4.10.7.	Restituição obrigatória como dever principal	1317
4.10.8.	Pluralidade de depositantes e divisibilidade da coisa depositada	1317
4.10.9.	Proibições ao depositário quanto a uso e subcontratação.....	1318
4.10.10.	Incapacidade do depositário	1318
4.10.11.	Responsabilidade do depositário pelos casos de força maior.....	1318
4.10.12.	Obrigações do depositante pelas despesas da coisa e prejuízos que do depósito provierem	1319
4.10.13.	Depósito e direito de retenção do depositário	1319
4.10.14.	Depósito irregular	1320
4.10.15.	Espécies de depósito	1320
4.10.16.	Depósito e prisão civil	1323
4.10.17.	Responsabilidade do depositário na guarda de veículos.....	1324
4.11.	Contrato de Mandato	1325
4.11.1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica	1325
4.11.2.	Formalidades do mandato: mandato expresso, tácito, verbal e escrito. Sujeição da Forma ao ato.....	1327
4.11.3.	Mandato: onerosidade e gratuidade	1328
4.11.4.	Modalidades de mandato: geral e especial	1328

4.11.5.	Atos praticados pelo mandatário sem poderes ou com excesso de poderes – o Mandato Aparente.....	1329
4.11.6.	A vinculação do mandante aos atos praticados pelo mandatário, a prática de atos em nome próprio e o excesso de poderes do mandatário.....	1330
4.11.7.	O mandato e o direito de retenção	1332
4.11.8.	Obrigações do mandatário.....	1332
4.11.9.	Obrigações do mandante	1335
4.11.10.	Causas de extinção do mandato (art. 682 do CC)	1336
4.11.11.	O mandato em causa própria	1339
4.11.12.	Mandato judicial.....	1341
4.12.	Contrato de Comissão.....	1341
4.12.1.	Noções gerais, conceito e características	1341
4.12.2.	Obrigações do comissário.....	1342
4.12.3.	Responsabilidade do comissário pela solvência do terceiro e cláusula <i>del credere</i>	1343
4.12.4.	Dilação de prazo para pagamentos.....	1343
4.12.5.	A remuneração do comissário.....	1343
4.12.6.	Possibilidade de o comitente alterar as ordens e instruções dadas ao comissário.....	1344
4.12.7.	A demissão do comissário sem justa causa e os efeitos quanto à remuneração	1344
4.12.8.	O contrato de comissão e os juros recíprocos.....	1344
4.12.9.	Natureza do crédito do comissário e direito de retenção	1344
4.12.10.	Regras subsidiárias ao contrato de comissão	1345
4.13.	Contrato de Agência e Distribuição	1345
4.13.1.	Noções gerais, conceito e características	1345
4.13.2.	A questão da “exclusividade” dos contratos de agência e distribuição	1346
4.13.3.	Obrigações do agente.....	1347
4.13.4.	Responsabilidade pelas despesas com a agência ou distribuição.....	1347
4.13.5.	Remuneração do agente ou distribuidor	1347
4.13.6.	Indenização ao agente ou distribuidor por fato imputável ao proponente.....	1348
4.13.7.	A rescisão do contrato de agência e distribuição por prazo indeterminado e a relação com a teoria do abuso de direito.....	1348
4.13.8.	Regras subsidiárias ao contrato de agência e distribuição	1349
4.14.	Contrato de Corretagem	1349
4.14.1.	Noções gerais, conceito e características	1349
4.14.2.	Obrigações do corretor.....	1350
4.14.3.	A remuneração do corretor	1350
4.14.4.	O contrato de corretagem e a compatibilidade com outras normas.....	1351

4.15. Contrato de Transporte.....	1351
4.15.1. Noções gerais, conceito e características	1351
4.15.2. Transporte de pessoas – Regras gerais.....	1353
4.15.3. Transporte gratuito	1355
4.15.4. Horários e responsabilidade civil	1356
4.15.5. Recusa de passageiros.....	1356
4.15.6. Resolução do contrato de transporte e interrupção da viagem	1357
4.15.7. Retenção da bagagem	1357
4.15.8. Transporte de coisas	1357
4.16. Contrato de Seguro.....	1359
4.16.1. Conceito e noções gerais sobre o contrato de seguro (natureza jurídica)....	1359
4.16.2. O contrato de seguro e a prova da constituição (apólice e bilhete de seguro)	1362
4.16.3. A nulidade do contrato de seguro para garantia de risco por ato doloso	1363
4.16.4. Efeitos jurídicos da mora do segurado em relação ao prêmio e a possibilidade de purgação.....	1364
4.16.5. Obrigação do segurado em relação ao prêmio independente da consumação do risco	1365
4.16.6. O princípio da boa-fé objetiva como valor referência do contrato de seguro.....	1365
4.16.7. O seguro à conta de outrem	1366
4.16.8. A perda do direito à indenização em caso de agravamento intencional do risco.....	1367
4.16.9. O dever de informação decorrente do princípio da boa-fé objetiva quanto ao agravamento do risco	1368
4.16.10. As consequências da redução do risco	1369
4.16.11. O dever de informação sobre a ocorrência do sinistro	1369
4.16.12. Os efeitos jurídicos da mora do segurador.....	1370
4.16.13. Sanção ao segurador que expede a apólice ciente da consumação do risco	1370
4.16.14. A cláusula de recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo.....	1370
4.16.15. Os agentes autorizados e os efeitos dos atos por ele praticados	1371
4.16.16. A indenização e a cláusula de reposição	1372
4.16.17. Aplicação subsidiária do Código Civil	1372
4.16.18. O seguro de dano.....	1372
4.16.19. O seguro de dano e a possibilidade de transferência.....	1374
4.16.20. A sub-rogação do segurador e os efeitos do pagamento da indenização.....	1374
4.16.21. O seguro de responsabilidade civil como modalidade de seguro de dano	1376
4.16.22. Os seguros de responsabilidade legalmente obrigatórios	1378

4.16.23.	O seguro de pessoa	1379
4.16.24.	O seguro de pessoa como bem intangível	1381
4.16.25.	A nulidade do pagamento reduzido do capital estipulado.....	1382
4.16.26.	O pagamento do prêmio no seguro de vida.....	1382
4.16.27.	Seguro de pessoa para o caso de morte e prazo de carência.....	1383
4.16.28.	O seguro de pessoa e a questão do suicídio.....	1384
4.16.29.	Obrigação do segurador quanto à indenização em situações específicas ...	1385
4.16.30.	A vedação da sub-rogação no seguro de pessoa.....	1385
4.16.31.	O seguro de pessoa coletivo ou em grupo.....	1385
4.16.32.	O contrato de seguro saúde.....	1386
4.17.	Contrato de Constituição de Renda	1390
4.17.1.	Noções gerais e natureza jurídica	1390
4.17.2.	A constituição de renda onerosa.....	1392
4.17.2.1.	Modos de constituição da renda e o caráter temporário	1393
4.17.3.	A constituição de renda em favor de pessoa falecida ou enferma: nulidade	1393
4.17.4.	Inadimplemento do rendeiro e consequências.....	1394
4.17.5.	Periodicidade da renda e a renda constituída em benefício de várias pessoas.....	1394
4.17.6.	Impenhorabilidade das rendas	1395
4.17.7.	Extinção do contrato de constituição de renda.....	1395
4.18.	Contrato de Jogo e Aposta.....	1396
4.18.1.	Noções gerais e natureza jurídica	1396
4.18.2.	Espécies de jogos	1398
4.18.3.	Mútuo para jogo e contratos com títulos em bolsa	1399
4.19.	Fiança	1400
4.19.1.	Noções gerais	1400
4.19.2.	Natureza e características da fiança	1400
4.19.3.	Fiança: regras especiais e principais.....	1401
4.19.3.1.	Dispensa do consentimento do fiador.....	1401
4.19.3.2.	Garantia de dívida atual ou futura	1401
4.19.3.3.	Extensão da fiança (limitada ou ilimitada).....	1402
4.19.3.4.	Fiança e obrigações nulas.....	1402
4.19.3.5.	Fiança e a idoneidade do fiador	1403
4.19.3.6.	Fiador incapaz ou insolvente.....	1403
4.19.3.7.	Efeitos da fiança: benefício de ordem	1404
4.19.3.8.	Efeitos da Fiança: benefício de divisão.....	1405
4.19.3.9.	Efeitos da fiança: sub-rogação.....	1406

4.19.3.10.	Responsabilidade do devedor pelas perdas e danos do fiador e a questão dos juros do desembolso pela taxa estipulada.....	1409
4.19.3.11.	Inércia do credor quanto à execução do fiador: efeitos.....	1409
4.19.3.12.	Efeitos da fiança: a exoneração do fiador na fiança sem limitação de tempo e no caso de morte	1410
4.19.4.	Extinção da fiança	1411
5.	ATOS UNILATERAIS	1415
5.1.	Conceito de Atos Unilaterais.....	1415
5.2.	Da promessa de recompensa	1415
5.3.	Da gestão de negócios	1416
5.4.	Do pagamento indevido	1418
6.	DIREITOS REAIS	1421
6.1.	Direitos Reais	1422
6.1.1.	Introdução	1422
6.1.2.	Conceito e Relação Jurídica.....	1423
6.1.3.	Evolução histórica.....	1424
6.1.4.	Características	1426
6.1.4.1.	Eficácia absoluta.....	1426
6.1.4.2.	Permanência	1426
6.1.4.3.	Preferência	1426
6.1.4.4.	Imediatidade.....	1426
6.1.4.5.	Sequela	1427
6.1.4.6.	Taxatividade	1427
6.2.	Posse.....	1427
6.2.1.	Histórico e definição	1427
6.2.2.	Principais teorias da posse – Subjetiva (Savigny) e Objetiva (Ihering) (uma tentativa de compreender a estrutura do fenômeno possessório) – elementos que integram o conteúdo da posse: <i>corpus</i> e <i>animus</i>	1428
6.2.2.1.	Teoria subjetiva clássica (Savigny)	1428
6.2.2.2.	Teoria objetiva (Ihering).....	1430
6.2.2.3.	Teoria adotada no Código Civil e a teoria social da posse	1433
6.2.2.4.	Teorias da Posse e o STJ	1438
6.2.3.	Natureza jurídica da posse.....	1439
6.2.4.	A tensão entre as teorias objetiva e social da posse sob a perspectiva do instituto da desapropriação judicial (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º do CC) e a atuação do Ministério Público na posse	1441
6.2.4.1.	Da desapropriação judicial	1441
6.2.4.1.1.	Desapropriação Judicial e bens públicos	1446

6.2.4.1.2.	Desapropriação Judicial e Usucapião Coletiva do Estatuto da Cidade	1446
6.2.4.2.	A posse e o Ministério Público	1447
6.2.5.	Objeto da posse.....	1447
6.2.5.1.	Objeto da posse e bens públicos	1449
6.2.6.	Desdobramento da posse (posse direta ou indireta).....	1450
6.2.7.	Composse (art. 1.199 do CC)	1453
6.2.8.	Detenção (distinção da posse)	1455
6.2.9.	Classificação da posse	1462
6.2.9.1.	Posse violenta, clandestina e precária (vícios objetivos da posse)	1462
6.2.9.1.1.	Vícios objetivos da posse e características (Relatividade dos vícios e a questão da interversão da posse - temporários)	1465
6.2.9.1.2.	Vícios subjetivos da posse (posse de boa-fé e posse de má-fé).....	1469
6.2.9.1.3.	Vício subjetivo da posse e alteração do caráter	1471
6.2.9.1.4.	Classificação da posse: posse <i>ad interdicta</i> e <i>ad usucapionem</i>	1472
6.2.10.	Classificação, perda e transmissão da posse	1473
6.2.10.1.	Posse originária e posse derivada	1473
6.2.10.2.	Constituto possessório.....	1475
6.2.11.	O exercício dos poderes de fato por ato próprio ou por terceiro (art. 1.205 do CC)	1476
6.2.12.	Transmissão da posse e acessão de posse	1479
6.2.13.	Presunção dos móveis na posse de imóvel	1481
6.2.14.	Efeitos da posse	1482
6.2.14.1.	Introdução	1482
6.2.14.2.	Proteção Possessória – 1.º Efeito da posse: Interditos possessórios e autodefesa (tutela e defesa da posse).....	1483
6.2.14.3.	Interditos possessórios.....	1485
6.2.14.3.1.	Proteção possessória por meio dos interditos	1485
6.2.14.3.2.	Posse nova e posse velha: questão de direito material ou processual?	1487
6.2.14.3.3.	Exceção de domínio e tutela possessória.....	1489
6.2.14.3.4.	A questão da melhor posse	1492
6.2.14.3.5.	Breves anotações sobre o procedimento das ações possessórias	1492
6.2.14.4.	Direito à percepção dos frutos	1495
6.2.14.5.	Efeitos da posse: benfeitorias e o direito de retenção	1498
6.2.14.6.	Responsabilidade civil por danos: perda ou deterioração da coisa possuída	1502
6.2.14.7.	Usucapião (noções gerais como efeito da posse)	1503
6.2.15.	Perda da posse	1503

6.2.15.1.	Abandono da coisa.....	1504
6.2.15.2.	Tradição	1504
6.2.15.3.	Perda ou destruição da coisa possuída.....	1505
6.2.15.4.	Constituto possessório.....	1505
6.2.15.5.	Posse de outrem.....	1506
6.2.15.6.	Coisa colocada fora do comércio	1506
6.2.16.	A perda da posse e a ausência do possuidor	1507
6.3.	Propriedade	1508
6.3.1.	Introdução	1508
6.3.2.	Considerações preliminares e evolução histórica	1508
6.3.3.	Fundamento e legitimidade da propriedade (função social)	1509
6.3.4.	Propriedade funcionalizada e patrimônio coletivo	1511
6.3.5.	Conceito de propriedade (análise estrutural e funcional).....	1512
6.3.6.	Propriedade e domínio	1514
6.3.7.	Faculdades do proprietário (uso, gozo, disposição e reivindicação)	1515
6.3.7.1.	Direito de usar (<i>ius utendi</i>)	1515
6.3.7.2.	Direito de gozo ou fruição (<i>ius fruendi</i>)	1516
6.3.7.3.	Direito de disposição (<i>ius abutendi</i>).....	1517
6.3.7.4.	Direito de reivindicar (<i>rei vindicatio</i>).....	1517
6.3.7.5.	O domínio no âmbito da propriedade e da posse: conexões.....	1518
6.3.8.	A propriedade e a teoria dos atos emulativos (abuso de direito)	1519
6.3.8.1.	A teoria do abuso de direito (ilícito objetivo) no art. 187 do CC.....	1521
6.3.9.	Atributos da propriedade	1522
6.3.9.1.	Introdução	1522
6.3.9.2.	Principais atributos da propriedade.....	1522
6.3.9.2.1.	Exclusividade (a questão dos terceiros)	1522
6.3.9.2.2.	Perpetuidade	1524
6.3.9.2.3.	Elasticidade	1525
6.3.9.2.4.	Multipropriedade (<i>time sharing</i>) – lei 13.777/2018.....	1526
6.3.9.3.	Objeto da propriedade: bens corpóreos e incorpóreos (propriedade intelectual).....	1534
6.3.9.4.	Extensão das faculdades do proprietário (limites ao direito de propriedade).....	1535
6.3.9.5.	Limitações às faculdades jurídicas do proprietário	1537
6.3.9.6.	Os acessórios da propriedade	1539
6.3.9.7.	Expropriação privada – (artigo 1.228, §§ 4º e 5º, do CC)	1539
6.3.9.8.	Da descoberta	1540
6.3.9.8.1.	Caracterização da descoberta	1540
6.3.9.8.2.	Direito de recompensa.....	1541
6.3.9.8.3.	Responsabilidade do descobridor	1541
6.3.9.8.4.	Ato da autoridade competente para localizar o dono ou o legítimo possuidor e procedimento.....	1541

6.4.	Modos de Aquisição da Propriedade Imóvel.....	1542
6.4.1.	Introdução	1542
6.4.2.	Registro.....	1543
6.4.2.1.	Natureza e características	1544
6.4.2.2.	O registro, o direito de propriedade constituído em favor de terceiros e a questão da boa-fé.....	1546
6.4.2.3.	Atributos do registro.....	1548
6.4.2.4.	Distinção necessária entre vício no título e vício no registro.....	1551
6.4.3.	Da usucapião	1551
6.4.3.1.	Noções preliminares	1551
6.4.3.2.	Aquisição originária ou derivada da propriedade?	1553
6.4.3.3.	Fundamento da usucapião (posse e função social).....	1554
6.4.3.4.	Requisitos da usucapião (teoria geral da usucapião).....	1555
6.4.3.4.1.	Requisitos genéricos da usucapião	1555
6.4.3.4.1.1.	Requisitos formais genéricos ou comuns (posse <i>ad usucapionem</i> e tempo).....	1563
6.4.3.4.2.	Requisitos formais específicos (cada espécie de usucapião possui requisitos próprios): As espécies de usucapião	1566
6.4.3.4.2.1.	Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC).....	1566
6.4.3.4.2.2.	Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC).....	1568
6.4.3.4.2.3.	Usucapião especial rural ou <i>pro labore</i> (arts. 1.239 do CC e 191 da CF/1988).....	1572
6.4.3.4.2.4.	Usucapião especial urbano ou “pro moradia” (art. 1.240 do CC, art. 183 da CF/198 e art. 9.º do Estatuto da Cidade).....	1575
6.4.3.4.2.5.	Usucapião especial urbano coletivo (art. 10 do Estatuto da Cidade).....	1579
6.4.3.4.2.6.	Usucapião especial urbano residencial familiar (art. 1.240-A do CC, introduzido pela Lei 12.424/2011).....	1582
6.4.3.4.2.7.	Usucapião indígena (art. 33 do Estatuto do Índio)	1584
6.4.3.4.2.8.	Usucapião tabular (art. 214, § 5.º, da Lei 6.015/1973).....	1584
6.4.3.4.2.9.	Usucapião e Regularização Fundiária – Lei 13.465/2017.....	1585
6.4.3.4.2.10.	Usucapião de quilombolas.....	1588

6.4.3.5.	Algumas breves questões processuais relativas à ação de usucapião.....	1588
6.4.3.6.	Usucapião e direito intertemporal.....	1590
6.4.3.7.	Usucapião “Administrativo” – Artigo 1.071 do CPC.....	1590
6.4.4.	Acessão.....	1592
6.4.4.1.	Acessão de móvel a móvel (acessões naturais) – Incorporação de imóvel a imóvel	1593
6.4.4.1.1.	Formação de ilhas	1593
6.4.4.1.2.	Aluvião	1595
6.4.4.1.3.	Avulsão.....	1595
6.4.4.1.4.	Álveo abandonado	1596
6.4.4.2.	Acessões artificiais (construções e plantações) – De móvel a imóvel.....	1597
6.4.4.2.1.	Introdução	1597
6.4.4.2.2.	Não coincidência entre a titularidade do móvel (sementes e materiais) e a titularidade do imóvel (solo)	1598
6.4.4.3.	Acessão invertida e função social da posse.....	1601
6.4.4.4.	Regras sobre invasão de pequena área ou invasão de extensa área ou desapropriação no interesse privado	1603
6.4.4.4.1.	Invasão parcial de pequena área (art. 1.258 do CC)	1603
6.4.4.4.2.	Invasão parcial de extensa área (art. 1.259 do CC).....	1605
6.5.	Modos de Aquisição da Propriedade Móvel	1605
6.5.1.	Introdução	1605
6.5.2.	Ocupação.....	1606
6.5.3.	Achado de tesouro	1607
6.5.4.	Tradição	1608
6.5.5.	Especificação	1611
6.5.6.	Confusão, comissão e adjunção.....	1613
6.5.7.	Usucapião	1615
6.6.	Modos de Perda da Propriedade.....	1616
6.6.1.	Introdução	1616
6.6.2.	Propriedade resolúvel e Propriedade <i>ad tempus</i> (artigos 1.359 e 1.360 do CC).....	1621
6.6.3.	Propriedade aparente.....	1625
6.6.4.	Propriedade Fiduciária (direito real de garantia sobre coisa própria).....	1626
6.6.4.1.	Introdução	1626
6.6.4.2.	Conceito de Propriedade Fiduciária sob a Perspectiva do Código Civil.....	1628
6.6.4.3.	Elementos: Sujeitos, Objeto e Natureza Jurídica da Propriedade Fiduciária sob a Perspectiva do Código Civil	1629
6.6.5.	Constituição da Propriedade Fiduciária.....	1631

6.7.	Características da Propriedade Fiduciária.....	1634
6.7.1.	Propriedade Fiduciária como Propriedade Resolúvel.....	1634
6.7.2.	Propriedade Fiduciária e o Desdobramento da posse Direta em Indireta....	1635
6.7.3.	Propriedade Fiduciária como Patrimônio de Afetação	1636
6.7.4.	As Consequências do Inadimplemento do Devedor e a Vedação do Pacto Comissório.....	1637
6.7.5.	A Propriedade Fiduciária e as Regras dos Direitos Reais de Garantia em Coisa Alheia	1639
6.7.6.	Ação de Busca e Apreensão (Direito Processual, Objeto do Decreto 911/69, com as alterações da Lei 10.931/2004).....	1641
6.7.7.	Propriedade Fiduciária de Bens Imóveis.....	1643
6.8.	Propriedade Superficiária	1648
6.8.1.	Introdução	1648
6.8.2.	Conceito e Natureza Jurídica	1649
6.8.3.	Objeto do direito de superfície no Código Civil e a superfície por cisão.....	1650
6.8.4.	Modo de constituição da Propriedade Superficiária.....	1651
6.8.5.	A gratuidade ou onerosidade do Direito de Superfície	1653
6.8.6.	Responsabilidade pelos encargos e tributos	1653
6.8.7.	A transferência do Direito de Superfície por ato <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i>	1654
6.8.8.	O direito de preferência e a alienação do imóvel ou da propriedade superficial	1655
6.8.9.	Extinção do direito de superfície (Código Civil).....	1656
6.8.10.	Efeitos da extinção do direito de superfície	1658
6.8.11.	Extinção do Direito de Superfície por desapropriação e efeitos	1659
6.8.12.	O direito de superfície constituído por pessoa jurídica de direito público interno.....	1659
6.8.13.	Direito de superfície e o CPC de 2015	1661
6.9.	Direitos de Vizinhança.....	1661
6.9.1.	Introdução	1661
6.9.2.	Uso anormal da propriedade e regras de vizinhança	1662
6.9.3.	Árvores limítrofes	1667
6.9.4.	Passagem forçada	1668
6.9.5.	Da passagem de cabos e tubulações	1669
6.9.6.	Das águas	1670
6.9.7.	Dos limites entre prédios e o direito de tapagem	1674
6.9.8.	Direito de construir	1676
6.10.	Condomínio	1681
6.10.1.	Introdução ao condomínio e noções preliminares.....	1681
6.10.1.1.	Fontes ou origem do condomínio	1682
6.10.2.	Natureza jurídica	1683
6.10.3.	Conteúdo do condomínio e da comunhão de interesses.....	1683

6.10.4.	Exercício do condomínio – Deveres e obrigações	1687
6.10.5.	Extinção do condomínio voluntário.....	1689
6.10.6.	Administração do condomínio	1691
6.10.7.	Do condomínio necessário.....	1694
6.10.8.	Condomínio edilício.....	1694
6.10.8.1.	Considerações preliminares	1694
6.10.8.2.	Natureza jurídica	1696
6.10.8.3.	Elementos constitutivos	1697
6.10.8.4.	Direitos e deveres dos condôminos.....	1698
6.10.8.5.	As sanções punitivas condominiais.....	1699
6.10.8.6.	Administração	1699
6.10.8.7.	Extinção	1700
6.10.8.8.	Questões polêmicas.....	1701
6.10.8.9.	O loteamento fechado de acesso controlado, condomínio de fato e o condomínio de lotes (Lei Federal 13.465/2017 – artigo 58).....	1702
6.11.	Direitos Reais Sobre Coisa Alheia (<i>Juris In Re Aliena</i>)	1703
6.11.1.	Servidão predial.....	1703
6.11.1.1.	Servidão e função social da propriedade	1704
6.11.1.2.	Servidão predial e fundamento	1704
6.11.1.3.	Servidão predial e breve comentário sobre a evolução histórica	1705
6.11.1.4.	Conceito e elementos constitutivos da servidão	1705
6.11.1.5.	Servidão e perpetuidade	1707
6.11.1.6.	Atipicidade da servidão	1707
6.11.1.7.	Não presunção da servidão predial	1707
6.11.1.8.	Modos de constituição das servidões prediais	1707
6.11.1.9.	Servidão administrativa.....	1709
6.11.1.10.	Classificação das servidões.....	1710
6.11.1.11.	Distinções da servidão com os direitos de vizinhança	1710
6.11.1.12.	Exercício da servidão	1711
6.11.1.13.	Remoção da servidão predial	1712
6.11.1.14.	Limites da servidão.....	1712
6.11.1.15.	Extinção das servidões.....	1713
6.11.1.16.	Tutela processual das servidões	1715
6.11.2.	Usufruto.....	1716
6.11.2.1.	Introdução e noções preliminares	1716
6.11.2.2.	Características do usufruto.....	1717
6.11.2.3.	Objeto do usufruto.....	1717
6.11.2.3.1.	Bens consumíveis.....	1718
6.11.2.3.2.	Usufruto e a existência de florestas e recursos minerais	1719
6.11.2.3.3.	Usufruto e títulos de crédito	1720

6.11.2.4.	Usufruto e transferência do direito real	1720
6.11.2.5.	Modos de constituição do usufruto	1721
6.11.2.6.	Direitos do usufrutuário	1721
6.11.2.7.	Deveres do usufrutuário.....	1723
6.11.2.8.	Extinção do usufruto.....	1725
6.11.3.	Uso.....	1727
6.11.4.	Habitação	1728
6.11.5.	Enfiteuse.....	1729
6.12.	Direito do Promitente Comprador do Imóvel	1730
6.12.1.	Direito do promitente comprador no ordenamento jurídico brasileiro	1730
6.13.	A Concessão de Direito Real de Uso e a Concessão de Uso Especial Para Fins de Moradia	1734
6.13.1.	Noção e características.....	1734
6.13.2.	Direito Real de Laje.....	1736
6.14.	Direitos Reais de Garantia.....	1739
6.14.1.	Considerações preliminares	1739
6.14.2.	Requisitos (objetivos, subjetivos e formais)	1741
6.14.3.	Efeitos da garantia real – princípios e regras comuns à hipoteca, penhora e anticrese	1743
6.14.3.1.	Sequela	1743
6.14.3.2.	Excussão e Vedação do Pacto Comissório.....	1744
6.14.3.3.	Indivisibilidade.....	1745
6.14.3.4.	Sub-rogação.....	1746
6.14.3.5.	Preferência.....	1746
6.14.3.6.	Especialização	1748
6.14.4.	Espécies: direitos reais de garantia sobre coisa alheia. Penhor, Hipoteca e anticrese. Regras especiais	1748
6.14.4.1.	Penhor – Conceito e Noções Gerais	1748
6.14.4.1.1.	Características do penhor	1749
6.14.4.1.2.	Causas de extinção do penhor	1751
6.14.4.1.3.	Espécies de penhor	1752
6.14.4.2.	Hipoteca – Noções Gerais, Objeto e Extensão da Garantia	1755
6.14.4.2.1.	Regras Especiais sobre a Hipoteca.....	1757
6.14.4.2.2.	Espécies de Hipoteca.....	1758
6.14.4.2.3.	Registro da Hipoteca.....	1760
6.14.4.2.4.	Extinção da Hipoteca.....	1760
6.14.4.2.5.	Hipoteca de Vias Férreas.....	1760
6.14.4.2.6.	Anticrese.....	1761

7. FAMÍLIA	1763
7.1. Família Contemporânea – Princípios Constitucionais	1765
7.1.1. Princípios Constitucionais e a Nova Concepção de Família (Efeito Pós-positivismo)	1765
7.1.2. Família e o “Afeto”: O afeto é princípio jurídico?	1767
7.1.3. O Direito de Família e outros valores sociais constitucionais.....	1768
7.1.4. Família e Princípios Constitucionais	1769
7.1.5. Os Modelos de Família (espécies de entidades familiares): Princípio da Pluralidade de Modelos Familiares.....	1770
7.1.6. Família Simultânea e Poliamor	1774
7.2. Evolução Histórica da Família (Da “Família Instituição” para a “Família Instrumento”)	1776
7.2.1. Relações Familiares e Evolução da Família – Da “Família Tradicional” para a “Família Contemporânea”	1776
7.3. Teoria do Casamento	1778
7.3.1. Casamento – Introdução e Noção Geral	1778
7.3.2. Natureza Jurídica do Casamento – Teorias	1778
7.3.3. Casamento Civil e Casamento Religioso com Efeitos Cíveis	1780
7.3.4. Características e Pressupostos para o Casamento	1782
7.3.5. Capacidade (e não legitimidade) para o Casamento: Capacidade Matrimonial	1783
7.3.6. Impedimentos que Invalidam o Casamento (Nulidade – Violação de interesse público).....	1787
7.3.7. Causas Suspensivas (Sanção que repercute no regime de bens).....	1790
7.3.8. Processo de Habilitação do Casamento.....	1792
7.3.9. Procedimento para Celebração do Casamento	1794
7.3.10. Hipóteses Especiais para a Celebração do Casamento	1796
7.3.10.1. Moléstia grave e iminente risco para a vida de um dos nubentes: Casamento Nuncupativo	1796
7.3.10.2. Casamento por Procuração	1797
7.3.10.3. Casamento Consular	1798
7.3.11. Provas do Casamento	1799
7.3.12. Teoria da Invalidade do Casamento (Causas Originárias): Introdução	1801
7.3.12.1. Hipóteses de Nulidade do Casamento e Legitimidade (Nulidade).....	1802
7.3.12.2. Hipóteses de Anulação do Casamento e Legitimidade	1805
7.3.13. Efeitos da Invalidade do Casamento e o Casamento Putativo	1812
7.3.14. Eficácia do Casamento (Efeitos Jurídicos do Casamento Válido – Sociais, Pessoais e Patrimoniais).....	1814
7.4. Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Pacto Antenupcial e Regime de Bens	1821

7.4.1.	Teoria do Direito Patrimonial (Regime de Bens entre Cônjuges): Estatuto Patrimonial do Casamento	1821
7.4.2.	Características do Regime de Bens e o Princípio da Liberdade de Escolha ..	1823
7.4.3.	Regime Legal e Regime Convencional: A variedade de regimes e a combinação de elementos de regimes diferentes	1823
7.4.4.	Alteração do Regime de Bens Durante a Sociedade Conjugal: Possibilidade? Motivação e Intervenção Judicial.....	1825
7.4.5.	Hipóteses de Adoção do Regime de Separação Obrigatória (separação legal): Exceção à Liberdade de Escolha	1826
7.4.5.1.	O Regime da Separação Obrigatória de Bens e a Súmula 377 do STF	1828
7.4.6.	Atos de Mera Gestão ou Administração: Atos Praticados Pelos Cônjuges Durante a Sociedade Conjugal em Relação aos Bens que Prescindem de Vênia Conjugal – Relação com os Regimes de Bens e a Desnecessidade de Vênia Conjugal	1830
7.4.6.1.	Os Atos Jurídicos que Independem de Autorização do Cônjuge no Âmbito Doméstico (Arts. 1.643 e 1.644 do CC)	1834
7.4.6.2.	Atos de Disposição Patrimonial: Atos Praticados pelo Cônjuge que Dependem de Vênia (consentimento) Conjugal	1835
7.4.6.3.	Os Atos Praticados por um dos Cônjuges sem Autorização do Outro e a Tutela dos Terceiros de Boa-fé Prejudicados pela Invalidação destes Negócios Jurídicos	1838
7.4.6.4.	Legitimidade para as Hipóteses Previstas nos Arts. 1.642, III, IV e V, e 1.647, III e IV, CC	1838
7.4.6.5.	Efeitos Jurídicos da Ausência do Cônjuge quando Necessária (Anulação). A Outorga e o Suprimento de Consentimento: A Decretação da Invalidade dos Atos Praticados sem Outorga ou sem Consentimento do juiz	1839
7.4.6.6.	O artigo 1.647, inciso I e a Lei 14.118/2021 (programa “Casa Verde e Amarela”).....	1840
7.4.7.	União Estável e Exigência de Outorga ou Autorização para Administração de Bens ou Atos de Disposição Patrimonial	1841
7.4.8.	Impossibilidade do Exercício da Administração dos Bens por um dos Cônjuges e Efeitos.....	1843
7.4.9.	Pacto Antenupcial: Noções Gerais, Formalidades Essenciais e Questões Especiais	1843
7.4.10.	Espécies de Regime de Bens: Variedade de Regimes.....	1846
7.4.10.1.	O Regime da Comunhão Parcial de Bens	1846
7.4.10.2.	O Regime da Comunhão Universal de Bens.....	1852
7.4.10.3.	O Regime da Separação Convencional de Bens	1853
7.4.10.4.	O Regime da Participação Final dos Aquestos	1854
7.5.	Dissolução da Sociedade Conjugal e do Vínculo Matrimonial – Causas Supervenientes ao Casamento Válido	1856
7.5.1.	Noções Gerais.....	1856
7.5.2.	Causas Supervenientes ao Casamento Válido: Causas Legais	1858

7.5.3.	Separação Judicial e Polêmicas sobre a Subsistência deste Instituto.....	1859
7.5.4.	Divórcio.....	1865
7.5.4.1.	Evolução Histórica e Fundamento Constitucional.....	1865
7.5.4.2.	Requisitos Gerais	1867
7.5.4.3.	Aspectos Processuais e Materiais Relevantes (natureza da demanda; intervenção obrigatória do MP; reconciliação do casal; foro privilegiado da mulher; sobrenome; e a questão da necessidade, ou não, de prévia partilha).....	1867
7.5.4.4.	Proteção dos Filhos (Guarda Unilateral e Guarda Compartilhada).....	1870
7.5.5.	A Morte Real e a Morte Presumida como Causas de Dissolução do Vínculo Matrimonial	1874
7.6.	Adoção.....	1877
7.7.	Poder Familiar	1880
7.7.1.	Noções Gerais.....	1880
7.7.2.	Exercício do Poder Familiar.....	1882
7.7.3.	Causas de Suspensão e Extinção do Poder Familiar	1884
7.7.4.	Teoria da Alienação Parental – Lei 12.318/2010.....	1887
7.8.	Família e Relações de Parentesco.....	1891
7.8.1.	Relações de Parentesco: Disposições Gerais	1891
7.9.	Família e Teoria da Filiação	1894
7.9.1.	Noções Gerais e o Princípio da Não Discriminação	1894
7.9.2.	Filiação e os Critérios da Presunção Legal, Biológica e Afetiva.....	1896
7.9.3.	Multiparentalidade (pluralidade de vínculos)	1897
7.9.4.	A Filiação e o Casamento: O Critério da Presunção Legal	1900
7.9.5.	A Presunção pater is est nas técnicas de reprodução assistida: A filiação e os métodos de reprodução assistida.....	1902
7.9.5.1.	Reprodução Homóloga.....	1904
7.9.5.2.	Reprodução Heteróloga	1904
7.9.6.	Legitimidade para Contestar a Paternidade.....	1905
7.9.7.	Reconhecimento de Filhos – Introdução.....	1906
7.9.7.1.	Reconhecimento voluntário dos filhos	1906
7.9.7.2.	Reconhecimento forçado dos filhos: Ação de investigação de paternidade ou de maternidade	1908
7.9.8.	Questões Processuais Relevantes da Ação de Paternidade (legitimidade ativa e passiva, litisconsórcio, intervenção do Ministério Público, competência, revelia, prova, sentença, recursos e coisa julgada)	1909
7.9.9.	Ação de Investigação de Ancestralidade (origem genética) de Parentalidade: Distinções	1913
7.9.10.	Prova da Filiação; Possibilidade da Posse do Estado de Filho e a Paternidade Socioafetiva.....	1914
7.9.11.	Questões Específicas do Filho Havido Fora do Casamento, Lar Conjugal e Guarda	1916
7.9.12.	O Casamento Nulo e a Filiação.....	1916

7.9.13.	Resumo da Teoria da Filiação (temas relevantes)	1917
7.10.	Usufruto e Administração dos Bens dos Filhos Menores	1918
7.10.1.	Atos de Disposição Patrimonial: Limites dos Poderes dos Pais e Interven- ção Judicial	1919
7.10.2.	Hipóteses de Exclusão do Direito de Administração dos Bens dos Pais	1920
7.11.	A Teoria dos Alimentos (colaboração de Nathália Marcelino)	1920
7.11.1.	Noções Gerais	1920
7.11.2.	Natureza Jurídica dos Alimentos	1922
7.11.3.	Alimentos e a Concretização do Princípio da Dignidade da Pessoa Hu- mana	1923
7.11.4.	As Principais Características dos Alimentos	1925
7.11.4.1.	Personalíssimos	1925
7.11.4.2.	Transmissibilidade	1926
7.11.4.3.	Irrenunciabilidade	1927
7.11.4.4.	Atualidade	1928
7.11.4.5.	Futuridade	1929
7.11.4.6.	Imprescritibilidade	1929
7.11.4.7.	Não Solidariedade	1929
7.11.4.8.	Irrepetibilidade	1930
7.11.4.9.	Incompensabilidade	1931
7.11.4.10.	Impenhorabilidade	1931
7.11.5.	Os Sujeitos Ativo e Passivo da Obrigação Alimentar (Noções Gerais – Re- ciprocidade)	1932
7.11.6.	A divisibilidade da obrigação alimentar e a natureza da intervenção sub- jetiva prevista no artigo 1.698 do CC	1933
7.11.7.	Alimentos entre Cônjuges, Alimentos entre Companheiros e Alimentos Decorrentes da Relação de Parentesco	1934
7.11.7.1.	Alimentos em razão da relação de parentesco (descenden- tes, ascendentes, nascituro, avoenga, guarda e tutela, ir- mãos e parentes colaterais)	1935
7.11.7.2.	Os alimentos em favor do descendente maior e capaz	1936
7.11.7.3.	Alimentos em Favor de Ascendentes: Idosos e Não Idosos	1937
7.11.7.4.	Alimentos Avoengos	1937
7.11.7.5.	Alimentos Gravídicos	1938
7.11.7.6.	Alimentos em Razão de Guarda e Tutela	1939
7.11.7.7.	Alimentos entre Irmãos	1940
7.11.7.8.	Alimentos entre Companheiros	1940
7.11.7.9.	Alimentos entre Cônjuges	1941
7.11.7.10.	Critérios para a Fixação do <i>Quantum</i>	1943

7.11.8.	Parentalidade Alimentar.....	1943
7.11.9.	Revisão de Alimentos	1944
7.11.10.	A Questão do Procedimento Indigno do Credor em Relação ao Devedor ...	1944
7.11.11.	Espécies de Alimentos (Quanto à Origem e Natureza).....	1945
7.11.12.	Aspectos Processuais dos Alimentos	1946
7.11.13.	Procedimento da Ação de Alimentos e da Ação de Oferta de Alimentos.....	1948
7.11.14.	Procedimento da Execução dos Alimentos (Análise Comparativa Entre o CPC/1973 e o CPC/2015)	1949
7.12.	Bem de Família.....	1950
7.12.1.	Bem de Família Convencional: Vinculação com a Teoria do Patrimônio Mínimo	1950
7.12.2.	Quem Possui Legitimidade para Instituir o Bem de Família Voluntário e qual a Formalidade para Tanto?.....	1951
7.12.3.	Limites da Constituição do Bem de Família.....	1952
7.12.4.	Objeto do Bem de Família Voluntário. Que Bem Poderá ser Considerado de Família?	1952
7.12.5.	Isonções Relativas ao Bem de Família e Exceções à Regra da Impenhorabilidade do Bem de Família Voluntário	1953
7.12.6.	Desvio de Finalidade do Bem de Família.....	1953
7.12.7.	Impossibilidade de Manutenção do Bem de Família.....	1954
7.12.8.	Administração do Bem de Família, o Bem de Família e a Dissolução da Unidade Familiar, e a Extinção do Bem de Família.....	1954
7.12.9.	A Lei 8.009/1990 e o Bem de Família Legal.....	1955
7.13.	União Estável	1956
7.13.1.	Evolução Histórica – De família “Ilegítima” até ser Considerada Entidade Familiar Reconhecida e Tutelada pelo Estado (art. 226 da CF/1988).....	1956
7.13.2.	Pressupostos para a Caracterização da União Estável como Entidade Familiar	1959
7.13.3.	Relações Pessoais entre Companheiros.....	1962
7.13.4.	Estatuto Patrimonial na União Estável.....	1962
7.13.5.	União Estável e Concubinato	1964
7.13.6.	Alimentos e Sucessão entre Companheiros.....	1965
7.14.	Tutela.....	1967
7.14.1.	Noções Gerais.....	1967
7.14.2.	Tutela por Nomeação dos Pais (Documental e Testamentária) e Tutela Legítima	1967
7.14.3.	Tutor Nomeado pelo Juiz (Tutela Dativa).....	1968
7.14.4.	Tutela para Irmãos Órfãos	1969
7.14.5.	Ausência de Legitimação para o Exercício da Tutela: Impedidos de Serem Tutores.....	1969

7.14.6.	A Legítima Escusa dos Tutores	1970
7.14.7.	Exercício da Tutela	1971
7.14.8.	Os Bens do Tutelado.....	1973
7.14.9.	Prestações de Contas pelo Tutor	1973
7.14.10.	Cessação da Tutela.....	1974
7.15.	Curatela	1975
7.15.1.	Noções Gerais.....	1975
7.15.2.	Interdição e Legitimidade	1977
7.15.3.	Interdição e Procedimento	1978
7.15.4.	Curatela e as Regras da Tutela	1980
7.15.5.	Legitimidade para ser Curador (Quem Pode ser Nomeado Curador das Pessoas que Serão Submetidas ao Regime Jurídico da Curatela – Art. 1.767 do CC)	1981
7.15.6.	Curatela do Nascituro, Enfermo e Deficiente Físico.....	1982
7.15.7.	Exercício da Curatela.....	1982
7.15.8.	Da Tomada de Decisão Apoiada	1984
8.	SUCESSÕES	1987
8.1.	Noções Gerais: a Sucessão sob a Perspectiva Civil-Constitucional (Direito Funda- mental � Herança).....	1988
8.2.	Pressupostos Para Abertura da Sucessão: Morte Real ou Presumida	1989
8.3.	Conceito de Herança: Objeto (Diferença entre Mea��o e Herança)	1990
8.4.	Efeito Jurídico Decorrente da Abertura da Sucessão (<i>Saisine</i> e seus Efeitos)	1991
8.5.	Espécies de Herdeiros: Legítimos (Necessários e não Necessários) e Testamentários	1992
8.5.1.	Herdeiros Necessários e Direito � Legítima	1993
8.5.2.	C�culo da Legítima (Direito dos Herdeiros Necessários)	1994
8.5.3.	A Justa Causa na Sucessão Testamentária como Requisito Necessário para a Inserção de Cláusula Restritiva (Inalienabilidade, Impenhorabili- dade e Incomunicabilidade) sobre os Bens da Legítima	1996
8.5.4.	Herdeiro Necessário: Coexistência da Parte Disponível com a Legítima	1997
8.5.5.	Modo de Exclusão de Herdeiros Colaterais	1997
8.5.6.	Comoriência.....	1997
8.6.	O Direito de Representação (em Favor de Descendentes e Filhos de Irmãos): Exce- ção em que o Herdeiro mais Próximo Exclui o mais Remoto.....	1997
8.6.1.	Direito do Representante e a Partilha do Quinhão	1998
8.6.2.	O Renunciante � Herança de uma Pessoa não Perde o Direito de Repre- sent�-la na Sucessão de Outra	1999
8.7.	Lugar da Sucessão	2000
8.8.	Espécies de Sucessão: Legítima e Testamentária	2000
8.9.	A Sucessão Legítima e o seu Caráter Supletivo – a Coexistência de Sucessão Leg�- tima e Testamentária	2000

8.10.	Sucessão Testamentária e Limites na Autonomia Privada do Testador (Proteção à Legítima)	2001
8.11.	Lei da Sucessão e Legítima Sucessória.....	2002
8.12.	Vocação Hereditária (Capacidade Sucessória – Legítima e Testamentária).....	2003
8.12.1.	Noções Gerais.....	2003
8.12.2.	Capacidade Sucessória na Sucessão Legítima e na Testamentária: Peculiaridades.....	2003
8.12.3.	A Ausência de Legitimidade para Receber Herança na Sucessão Testamentária (Quem não Pode ser Nomeado Herdeiro nem Legatário) e a Sanção pela Inobservância da Regra Proibitiva	2008
8.12.4.	Sucessão Testamentária e Igualdade entre Filhos.....	2009
8.13.	Herança e Administração.....	2009
8.13.1.	Responsabilidade dos Herdeiros Quanto às Obrigações do Titular da Herança	2012
8.13.2.	Herança e Cessão de Direitos Hereditários: a Cessão dos Direitos Hereditários (Formalidade, Direito de Acrescer e Hipótese de Ineficácia).....	2012
8.13.3.	A Cessão dos Direitos Hereditários e a Tutela do Direito de Preferência em Favor de Herdeiro	2013
8.14.	Da Aceitação e da Renúncia da Herança	2014
8.14.1.	Características da Aceitação da Herança.....	2014
8.14.2.	Falecimento de Herdeiro Antes de Aceitar a Herança: Consequências.....	2016
8.14.3.	Renúncia da Herança: Natureza Jurídica, Capacidade e Formalidade	2018
8.14.4.	Diferença entre Renúncia Abdicativa e Renúncia Translativa	2019
8.14.5.	Efeitos da Renúncia à Herança na Sucessão Legítima e na Sucessão Testamentária	2019
8.14.6.	Renúncia e Representação do Herdeiro do Renunciante.....	2020
8.14.7.	Ineficácia da Renúncia da Herança em Detrimento de Credores (Tutela do Crédito).....	2021
8.15.	Dos Excluídos da Sucessão Legítima e Testamentária: Indignidade	2021
8.15.1.	Hipóteses de Indignidade.....	2022
8.15.2.	Modo de Exclusão do Indigno e Legitimidade para Requerer a Exclusão.....	2023
8.15.3.	Efeitos Pessoais da Exclusão e a Perda do Direito de Administração e Usufruto em Relação aos Filhos Menores	2024
8.15.4.	Os Atos de Disposição Patrimonial Praticados pelo Indigno Antes da Exclusão e a Tutela do Terceiro de Boa-Fé.....	2024
8.15.5.	A Possibilidade de Reabilitação do Indigno	2025
8.16.	Da Herança Jacente.....	2025
8.17.	Da Petição de Herança	2027
8.18.	Sucessão Legítima	2028
8.18.1.	Disposições Gerais: Noções e Fundamentos.....	2028

8.18.2.	A Ordem de Vocação Hereditária (Legal).....	2031
8.18.3.	Hipóteses para a Incidência da Sucessão Legítima	2034
8.18.4.	A Sucessão dos Descendentes: Regras Gerais (Cabeça e Estirpe) e as Hipóteses de Concorrência com o Cônjuge	2034
8.18.5.	A Sucessão dos Ascendentes: Regras Gerais (Linhas) e a Necessária Concorrência com o Cônjuge	2036
8.18.6.	A Sucessão do Cônjuge: Pressupostos para ser herdeiro; o Instituto da Concorrência e o Direito de Concorrência Eventual com Descendentes	2037
8.18.6.1.	Comunhão Universal e Concorrência Sucessória	2041
8.18.6.2.	Separação obrigatória e separação convencional (relação destes regimes com a concorrência sucessória).....	2042
8.18.6.3.	Concorrência sucessória com descendente e o regime da comunhão parcial de bens.....	2043
8.18.7.	A Cota a que Tem Direito o Cônjuge e o companheiro (após a decisão do STF) no Caso de Concorrer com Descendentes	2046
8.18.8.	O direito de Concorrência Obrigatória com Ascendentes. A Cota a que Tem Direito o Cônjuge (e o companheiro – após a decisão do STF – RE 646.721-RS e RE 878.694-MG) no Caso de Concorrer com Ascendentes	2047
8.18.9.	A Sucessão do Cônjuge (e do companheiro) e o Direito Real de Habitação	2048
8.18.10.	A Sucessão dos Colaterais.....	2049
8.18.11.	A Ausência de Herdeiros Legítimos e Testamentários: Jacência e Vacância	2049
8.18.11.1.	Sucessão do companheiro.....	2050
8.19.	Sucessão Testamentária: Regras Gerais sobre Testamento e Capacidade Testamentária	2052
8.19.1.	Limites à Vontade do Testador, Testamento, Legítima (Respeito à Legítima e a possibilidade de Coexistência com a Sucessão Testamentária) e Disposição de Caráter Patrimonial.....	2056
8.19.1.1.	Testamento vital	2056
8.19.2.	Espécies de Testamentos: Disposições Gerais e Regras sobre as Espécies Ordinárias.....	2057
8.19.2.1.	Testamento Público.....	2057
8.19.2.2.	Testamento cerrado ou místico	2058
8.19.2.3.	Testamento particular ou hológrafo	2059
8.20.	Codicilos.....	2060
8.21.	Testamentos Especiais: Disposições Gerais.....	2060
8.21.1.	Testamento Militar.....	2061
8.22.	Disposições Testamentárias	2061
8.22.1.	Noções Gerais.....	2061
8.22.2.	Cláusulas Testamentárias e Elementos Acidentais (Condição, Termo e Encargo).....	2062
8.22.3.	Regra Geral de Interpretação das Disposições Testamentárias.....	2063

8.22.4.	Nulidade das Disposições Testamentárias: Hipóteses Legais	2064
8.22.5.	Disposições Testamentárias Especiais e Validade em Função da Causa	2065
8.22.6.	Disposições Testamentárias e Erro na Designação do Herdeiro	2066
8.22.7.	Disposições Testamentárias e Regras Especiais	2066
8.22.8.	Disposições Testamentárias e Vícios de Consentimento	2067
8.22.9.	Disposições Testamentárias e Cláusulas Restritivas: Extensão	2068
8.22.10.	O instituto das “reduções” e a conexão com o testamento e a doação	2070
8.23.	Legado: Disposições Gerais.....	2071
8.23.1.	Legado e Encargo (exceção de que a coisa deve pertencer ao testador no momento da abertura da sucessão)	2073
8.23.2.	Legado de Coisa que se Determina pelo Gênero (exceção de que a coisa legada não precisa pertencer ao patrimônio do testador no momento da abertura da sucessão).....	2074
8.23.3.	Legado de Coisa e Lugar	2074
8.23.4.	Legado de Crédito ou de Quitação de Dívida.....	2074
8.23.5.	Legado de Alimentos.....	2075
8.23.6.	Legado de Usufruto.....	2076
8.23.7.	Legado de Imóvel	2076
8.24.	Dos Efeitos do Legado	2076
8.24.1.	Efeitos e Litígio sobre Legado.....	2078
8.24.2.	Efeitos – Legado em Dinheiro e Renda Vitalícia	2078
8.24.3.	Legado em Prestações Periódicas	2078
8.24.4.	Legado Alternativo	2079
8.25.	Cumprimento dos Legados.....	2079
8.26.	Da Caducidade dos Legados	2080
8.27.	Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários.....	2082
8.28.	Substituições Testamentárias: Vulgar e Recíproca	2084
8.29.	Da Deserdação e da Indignidade.....	2087
8.30.	Revogação do Testamento	2090
8.31.	Rompimento do Testamento.....	2091
8.31.1.	Testamenteiro.....	2092
8.31.2.	Resumo da Teoria Geral do Testamento (questões relevantes).....	2093
8.32.	Inventário e Partilha	2094
8.33.	Sonegados.....	2096
8.34.	Do Pagamento das Dívidas	2096
8.35.	Da Colação.....	2097
8.35.1.	Cálculo da Legítima e Colação	2099
8.36.	Partilha	2102
8.36.1.	Garantia dos Quinhões Hereditários.....	2104
8.36.2.	Anulação da Partilha	2104

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	2105
---	-------------